

COMO EXPORTAR PARA A BOLÍVIA

Guia prático para
empresários brasileiros

COMO EXPORTAR PARA A BOLÍVIA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CGPR - Coordenação-Geral de Promoção Comercial
Embaixada do Brasil em La Paz, Bolívia
2022

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior
Série: Como Exportar

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Embaixada do Brasil em La Paz, Bolívia
Setor de Promoção Comercial - Secom La Paz

Coordenação: Setor de Promoção Comercial - Secom La Paz
Distribuição: CGPR - Coordenação Geral de Promoção Comercial

Os termos e a apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE ou da Embaixada do Brasil em La Paz sobre a Bolívia.

Aviso legal: As informações aqui apresentadas foram obtidas de fontes oficiais e confiáveis, com dados mais atualizados possíveis, para fins apenas indicativos e de orientação sobre o mercado boliviano. A Embaixada não assume responsabilidade pela sua precisão no momento da consulta pelo interessado. Serão divulgadas atualizações durante os próximos dois anos em sitio web do Secom La Paz.

Direitos Reservados

O MRE, que é titular exclusivo dos direitos de autor, permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

O texto do presente estudo foi concluído, pela consultora contratada, em janeiro de 2022. Não é permitida sua comercialização, reprodução na sua íntegra, seja impressa ou digitalmente, nem a distribuição por terceiros.

SUMÁRIO

MAPA	6
DADOS BÁSICOS	7
I. ASPECTOS GERAIS DA BOLÍVIA	13
1.1 Geografia	13
1.2 População, centros urbanos e indicadores	18
1.3 Organização política e administrativa	25
1.4 Participação em organizações e acordos internacionais	28
II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS	33
2.1 Conjuntura econômica	33
2.2 Política fiscal	35
2.3 Política monetária	35
III. COMÉRCIO EXTERIOR	38
3.1 Considerações gerais	38
3.2 Evolução recente	40
3.3 Destino e composição das exportações	42
3.4 Origem e composição das importações	43
3.5 Política de substituição de importações	44
IV. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL - BOLÍVIA	46
4.1 Comércio bilateral	46
4.2 Evolução recente	47
4.3 Principais acordos bilaterais	50
4.4 Linhas de crédito de bancos brasileiros	51
4.5 Oportunidades e potencial exportador do Brasil	52
V. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	60
5.1 Infraestrutura interna	60
5.2 Principais meios de transporte	62
VI. ACESSO AO MERCADO	66
6.1 Sistema tarifário	66
6.2 Regime da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	66

6.3	Outros impostos e taxas de importação	68
6.4	Regulamentação	69
6.5	Documentação e formalidades	78
6.6	Desembaraço alfandegário na Bolívia	79
VII. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO		84
7.1	Canais de distribuição	84
7.2	Promoção de vendas	85
7.3	Práticas comerciais	87
VIII. RECOMENDAÇÕES		92
8.1	Ambiente empresarial, cultura de negócios e hábitos comerciais	92
8.2	Estratégias de negociação	94
8.3	Viagens de negócios	96
ANEXOS		
	Órgãos oficiais do Brasil na Bolívia	99
	Órgãos locais de interesse para os empresários brasileiros	100

MAPA



Fonte: WORLDOMETER

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	“Estado Plurinacional de Bolívia” ¹ Estado Plurinacional da Bolívia (Português)
Sede do Governo:	La Paz (Altitude: 3.640 metros)
Capital:	Sucre (Altitude: 2.790 metros)
Superfície:	1.098.581 km ² (Aproximadamente duas vezes a superfície da Espanha ou da França).
Localização:	No coração da América do Sul, limita ao norte e ao leste com o Brasil, ao sul com a Argentina, ao oeste com o Peru, ao sudeste com o Paraguai e ao sudoeste com o Chile.
Idiomas oficiais:	Castelhano (mais falado) e os trinta e seis idiomas das nações e povos indígenas da Bolívia, entre elas “Aymara”, “Quechua” e “Guarani” ^{**} .
Forma de governo:	Estado unitário, social de direito plurinacional comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias (segundo a nova Constituição Política do Estado de 2009).
Divisão político-administrativa:	A Bolívia organiza-se territorialmente em departamentos ^{**} (Pando, Beni, Santa Cruz, La Paz, Cochabamba, Chuquisaca, Oruro, Potosí, Tarija), províncias, municípios e territórios “indígena-originário-campesinos”.
População:	11.841.955 habitantes (2021, projeção oficial do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia)

¹ O nome Bolívia é uma homenagem ao precursor da sua independência, Simón Bolívar.

^{*} Os funcionários do governo central, dos governos departamentais e dos outros governos autônomos devem falar pelo menos dois idiomas oficiais, um dos quais o castelhano.

^{**} Equivalentes aos estados no Brasil.

Densidade populacional:	9,3 hab/km ² (2012, último censo)
Expectativa de vida:	73,9 anos (2021, projeção oficial do INE Bolívia) 70,9 anos para homens e 76,9 anos para mulheres
População economicamente ativa:	4.739.203 (2012, último censo)
Principais cidades (segundo o número de habitantes e atividades):	La Paz, Santa Cruz de la Sierra, El Alto, Cochabamba, Tarija, Potosí, Oruro, Sucre.
Fuso horário:	- 4:00 horas UTC/GMT Uma hora a menos que Brasília Na Bolívia não se aplica o horário de verão.
Feriados nacionais (Comemoram-se também feriados departamentais):	-Ano Novo / 01 de janeiro -Dia do Estado Plurinacional da Bolívia / 22 de janeiro -Carnaval / dois dias, segunda e terça feira -Sexta-feira Santa -Dia do Trabalho / 01 de maio -Corpus Christi (Quinta-feira) -Ano Novo Andino Amazônico / 21 de junho -Independência da Bolívia / 06 de agosto -Finados / 02 de novembro -Natal / 25 de dezembro
Códigos DDI e DDD:	(+591) Bolívia; (2) La Paz, Potosí e Oruro; (3) Santa Cruz, Beni e Pando; (4) Cochabamba, Chuquisaca e Tarija. Na hora de digitar, basta seguir a ordem: 00 + código da operadora + DDI + DDD + número de telefone fixo de destino. Para ligações a telefones móveis, usar o código DDI+ número de celular.
Moeda:	Boliviano (Bs)
Cotação oficial:	US\$ 1 = Bs 6,96 (venda) US\$ 1 = Bs 6,86 (compra) Valores fixos desde novembro de 2011. R\$ 1 = Bs 1,36 (Banco Central da Bolívia, 05/06/21)
Inflação:	1,51% (2018) ² ; 1,47% (2019); 0,67% (2020)

² Dados do Banco Central da Bolívia.

PIB, a preços correntes:
(Em bilhões de US\$)³

2015	2016	2017	2018	2019
33,2	34,2	37,8	40,6	41,2

Composição do PIB, a preços correntes:
(Em bilhões de US\$)

Setores de Atividade	2017(p)	2018(p)	2019(p)
Agropecuário, silvicultura, caça e pesca	4,4	4,6	5,0
Mineração*	4,1	4,4	3,9
Indústria de manufaturas	3,9	4,2	4,3
Eletricidade, gás e água	0,8	0,8	0,9
Construção	1,1	1,1	1,2
Comércio	2,7	2,8	2,9
Transporte, armazenagem e comunicações	3,5	3,7	3,8
Estabelecimentos financeiros **	3,9	4,2	4,4
Outros serviços	1,5	1,7	1,8
Restaurantes e hotéis	0,8	0,9	1,0
Serviços da administração pública	5,8	6,5	6,9

Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE)

(p): dados provisórios.

* Abrange petróleo bruto e gás natural + minerais metálicos e não metálicos.

**Abrange serviços financeiros + serviços às empresas + propriedade imobiliária.

Crescimento real do PIB⁴:

2015	2016	2017	2018	2019
4,86%	4,26%	4,20%	4,22%	2,22%

³ Informações oficiais do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE). Os dados a partir de 2017 são provisórios.

⁴ Ibid. Segundo o Ministério de Economia e Finanças Públicas, a Bolívia teria concluído o exercício 2020 com uma contração de 8,2%. A previsão de crescimento para 2021 é de 4,7%, segundo o Banco Mundial, 5,5% segundo o Fundo Monetário Internacional, 5,1% segundo a CEPAL e 4,4% segundo o Programa Fiscal-Financeiro do governo boliviano.

PIB per capita⁵:

US\$ 3.578 (2019, segundo o INE Bolívia)⁶

Comércio exterior da Bolívia⁷: 2020

Exportações US\$ 6.915.252.602

Importações US\$ 7.115.199.395

2019

Exportações US\$ 8.795.941.792

Importações US\$ 9.784.564.225

2018

Exportações US\$ 9.014.703.200

Importações US\$ 10.001.911.874

2017

Exportações US\$ 8.223.138.275

Importações US\$ 9.373.688.708

2016

Exportações US\$ 7.126.324.162

Importações US\$ 8.563.810.919

Intercâmbio comercial Bolívia-Brasil⁸:

2020

Exportações para o Brasil US\$ 1.094.504.891

Importações do Brasil US\$ 1.198.947.275

⁵ O PIB per capita da Bolívia triplicou, passando de US\$ 1.037 em 2005 para US\$ 3.589 em 2018.

⁶ Dado provisório. Em 2020, o PIB per capita atingiu um valor estimado de US\$ 3.284.

⁷ Dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE).

⁸ Ibid.

2019

Exportações para o Brasil	US\$ 1.524.445.925
---------------------------	--------------------

Importações do Brasil	US\$ 1.571.502.102
-----------------------	--------------------

2018

Exportações para o Brasil	US\$ 1.717.944.527
---------------------------	--------------------

Importações do Brasil	US\$ 1.618.613.574
-----------------------	--------------------

2017

Exportações para o Brasil	US\$ 1.455.934.153
---------------------------	--------------------

Importações do Brasil	US\$ 1.566.904.943
-----------------------	--------------------

2016

Exportações para o Brasil	US\$ 1.367.692.564
---------------------------	--------------------

Importações do Brasil	US\$ 1.496.049.741
-----------------------	--------------------



I. ASPECTOS GERAIS DA BOLÍVIA

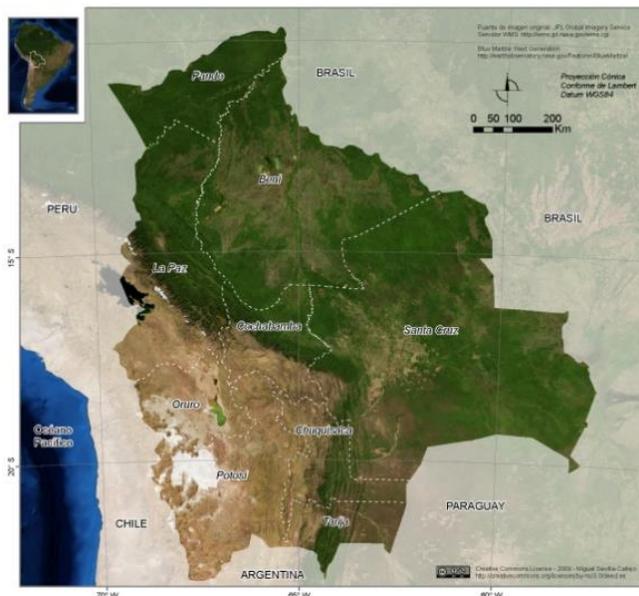
I. ASPECTOS GERAIS

1.1 Geografia

Localização e superfície

A Bolívia situa-se no coração da América do Sul e faz fronteira com Brasil, Argentina, Peru, Paraguai e Chile. Possui uma superfície de 1.098.581 km², ocupa o oitavo lugar em extensão territorial no continente americano e o vigésimo sétimo posto a nível mundial. É um país mediterrâneo desde que perdeu sua costa no Oceano Pacífico, durante a guerra com o Chile em 1879.

LOCALIZAÇÃO NO HEMISFÉRIO SUL



Perímetro total das fronteiras: 6.834 km.

3.423 km com o Brasil
1.047 km com o Peru
850 km com o Chile
773 km com a Argentina
741 km com o Paraguai

Coordenadas geográficas:

17 00 S, 65 00 W (CIA World Factbook).

Fisiografia (Regiões Geográficas):

Planície 59%
Andina 28%
Subandina 13%

Sua capital, Sucre, é a sede do órgão judiciário, enquanto La Paz abriga os órgãos legislativo, executivo e eleitoral.

BOLÍVIA: SUPERFÍCIE, CIDADES CAPITAIS E ALTITUDE POR DEPARTAMENTO

Departamento	Superfície (km²)	Capital	Altitude (m.s.n.m)
Chuquisaca	51.524	Sucre	2.790
La Paz	133.985	La Paz	3.640
Cochabamba	55.631	Cochabamba	2.558
Oruro	53.588	Oruro	3.709
Potosí	118.218	Potosí	4.070
Tarija	37.623	Tarija	1.866
Santa Cruz	370.621	Santa Cruz de la Sierra	416
Beni	213.564	Trinidad	236
Pando	63.827	Cobija	221

Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE)

As distâncias rodoviárias internas⁹ entre as cidades capitais detalham-se a seguir:

BOLÍVIA: DISTÂNCIAS (Km) ENTRE CIDADES CAPITAIS

CIDADE	La Paz	Cochabamba	Santa Cruz de la Sierra	Tarija	Sucre	Potosí	Oruro	Trinidad	Cobija
La Paz		384	857	919	714	553	231	602	1232
Cochabamba	384		473	909	363	543	221	905	1616
Santa Cruz de la Sierra	857	473		700	496	657	694	540	1732
Tarija	919	909	700		527	366	688	1521	2151
Sucre	714	363	496	527		161	483	1036	1933
Potosí	553	543	657	366	161		322	1197	1785
Oruro	231	221	694	688	483	322		833	1463
Trinidad	602	905	540	1521	1036	1197	833		1192
Cobija	1232	1616	1732	2151	1933	1785	1463	1192	

Fonte: Elaboração própria, com dados da Administradora Boliviana de Estradas (ABC)

⁹ Cálculos estimados segundo opções de estradas propostas pela Administradora Boliviana de Estradas (ABC). Para consultar o estado das estradas, ver <http://transitabilidad.abc.gob.bo/mapa> (acesso em 11/11/2021).

Algumas distâncias aproximadas com localidades dos países vizinhos são:

Santa Cruz de la Sierra - Corumbá (MS-Brasil)	578 Km
Santa Cruz de la Sierra - Cáceres (MT-Brasil)	600 Km
Cobjija - Rio Branco (AC-Brasil)	158 Km
Riberalta (Beni) - Guajará-Mirim (RO-Brasil)	83 Km
La Paz - Lima (Peru)	1081 Km
Tarija - Buenos Aires (Argentina)	1581 Km
Santa Cruz de la Sierra - Assunção (Paraguai)	994 Km
Oruro - Iquique (Chile)	406 Km
Santa Cruz de la Sierra - São Paulo	2086 Km
La Paz - São Paulo	2923 Km
Cochabamba - São Paulo	2547 Km

Regiões geográficas e hidrografia

A Bolívia é conhecida como país andino, devido à relevância histórica, política, social e econômica que tiveram desde sua fundação os centros urbanos e rurais espalhados nas terras altas do ocidente. No entanto, a região de planície abrange 59% do território; e as regiões andina e subandina, apenas 28% e 13%, respectivamente. A Bolívia também é um país amazônico que possui uma extraordinária diversidade de ecossistemas, os quais concentram entre 35% e 45% da biodiversidade do planeta.

ANDINA (ALTIPLANO)



A região andina (ocidental) compreende os departamentos de La Paz, Potosí e Oruro. Sua extensão estimada é de 307.000 km² e a altitude oscila entre 3.000 e 4.000 metros. Localiza-se entre as Cordilheiras Ocidental e Oriental (Real), as quais apresentam alguns dos picos mais elevados da América, como o Nevado Sajama e o Illimani. Encontram-se, nesta zona, o Lago Titicaca e o Salar de Uyuni, que possui uma das principais reservas internacionais de lítio além de ser o maior deserto de sal do mundo.

SUBANDINA (VALES)



Região entre o altiplano e as planícies orientais, sua extensão estimada é de 142.816 km² e sua altitude média de 2.000 metros. Os departamentos de Cochabamba, Chuquisaca, Tarija e Los Yungas de La Paz (vale subtropical) conformam essa área.

PLANÍCIE



Com uma extensão estimada de 648.163 km², a região situa-se a uma altitude inferior a 400 metros. Compreende a Amazônia, a sub-região Platense e o Gran Chaco. Localiza-se ao norte e leste da Cordilheira Oriental, estendendo-se pelos departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz, norte de La Paz, parte de Tarija e Chuquisaca. É uma terra de planícies e planaltos, coberta por vastas florestas, conta com rios extensos e parques de grande biodiversidade, a exemplo do Madidi.

A Bolívia possui três sistemas hidrográficos:

Bacia do Norte ou do Amazonas, constituída principalmente pelos rios (de leste a oeste) Madre de Dios, Orthon, Abuná, Beni, Yata, Mamoré e Itenez (Guaporé).

Bacia Central ou Lacustre, conformada pelo Lago Titicaca, Lago Poopó, Salina de Coipasa (Salar de Coipasa), Salina de Uyuni (Salar de Uyuni) e o rio Desaguadero.

Bacia do Sul ou de La Plata, composta principalmente pelos rios Paraguai, Pilcomayo e Bermejo.

Clima

Normalmente, o clima boliviano varia bastante por conta da altitude, podendo apresentar mudanças abruptas em qualquer época do ano. O verão começa em dezembro, o outono em março, o inverno em junho e a primavera em setembro.

O clima da região andina é frio (polar no oeste/sudoeste, com neve nas montanhas, sobretudo nas épocas de inverno e outono) e semiárido, com ventos frios quase o ano todo. As temperaturas podem variar anualmente entre -0,6°C à noite e 23°C durante o dia. O período chuvoso compreende os

meses de novembro a março enquanto o outono e o inverno são secos com chuvas ocasionais.

Na região subandina, predomina o clima semitropical úmido. Acima de 2.500 metros, de altitude o clima é temperado, embora sujeito a geadas no inverno além de nevadas nas zonas por onde atravessa a Cordilheira dos Andes. O período chuvoso dura de novembro a março. Os ventos intensos podem apresentar-se nos meses de julho e agosto. Na zona de Los Yungas, o clima é geralmente temperado, com presença de umidade e brumas constantes.

Na região da planície amazônica, o clima é quente e úmido, com pluviosidade durante praticamente o ano todo. As incursões ocasionais de ventos fortes, chamados de “surazos”¹⁰ podem chegar a essa região durante o inverno e ocasionalmente no outono, trazendo temperaturas frias por vários dias. No Chaco e em áreas próximas, o clima é semiárido, a temperatura pode superar os 38°C no verão. As chuvas caem desde novembro até março. Os demais meses são secos com dias calorosos e noites frias. Os “surazos” ou “sures” também afetam essa área.

Apresentam-se, a seguir, temperaturas médias, máximas e mínimas, além de indicadores pluviométricos referenciais, de três das principais cidades bolivianas.

La Paz					Santa Cruz de la Sierra				
	Max.	Min.	Med.	Prec. Fluv.		Max.	Min.	Med.	Prec. Fluv.
Jan.	19°	1°	14,2°		Jan.	35°	21°	27,6°	
Fev.	20°	3°	13,7°		Fev.	34°	19°	26,9°	
Mar.	19°	2°	13,0°		Mar.	33°	21°	29,0°	
Abr.	18°	-1°	13,0°		Abr.	32°	16°	26,2°	
Mai.	19°	-2°	n.d.		Mai.	29°	13°	22,1°	
Jun.	17°	-4°	12,2°		Jun.	25°	11°	20,7°	
Jul.	15°	-6°	11,7°		Jul.	27°	11°	20,8°	
Ago.	18°	1°	n.d.		Ago.	32°	15°	22,8°	
Set.	19°	0°	12,2°		Set.	34°	18°	25,4°	
Out.	20°	2°	13,6°		Out.	36°	21°	28,8°	
Nov.	20°	4°	15,2°		Nov.	37°	22°	28,4°	
Dez.	21°	6°	14,0°		Dez.	35°	23°	26,9°	

¹⁰ Ingresso de ar polar frio com forte umidade, geralmente acompanhado de chuvas.

Cochabamba

	Max.	Min.	Med.	Prec. Fluv.
Jan.	27°	12°	20,2°	
Fev.	28°	13°	19,6°	
Mar.	29°	14°	19,9°	
Abr.	27°	10°	18,5°	
Mai.	26°	11°	16,9°	
Jun.	25°	2°	16,2°	
Jul.	24°	0°	15,2°	
Ago.	27°	6°	17,5°	
Set.	29°	13°	18,5°	
Out.	31°	14°	20,2°	
Nov.	31°	15°	21,7°	
Dez.	32°	16°	20,9°	

Dados registrados no período 2018-2020 pelo “Servicio Nacional de Meteorología e Hidrología (SENAMHI)” e pelo INE Bolívia (histórico de temperatura média).

As temperaturas podem variar, + - 2°, aproximadamente.

Para consultar a previsão atual do clima, bem como eventuais alertas meteorológicas em várias localidades da Bolívia, acessar <http://senamhi.gob.bo/index.php/inicio>

1.2 População, centros urbanos e indicadores

De acordo com as projeções¹¹ atualizadas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população boliviana em 2021 é de 11.841.955 habitantes, dos quais 5.899.275 são mulheres e 5.942.680 são homens. A taxa de crescimento anual é de 1,4% e a taxa quinquenal média foi de 1,59% no período 2010-2014 e de 1,48% no período 2015-2019.

BOLÍVIA: POPULAÇÃO TOTAL, EVOLUÇÃO RECENTE E PREVISÕES PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS

Ano	População Total	Taxa de crescimento anual
2017	11.181.861	1,49 %
2018	11.347.241	1,47%
2019	11.512.468	1,45%
2020	11.677.406	1,42%
2021	11.841.955	1,40%
2022	12.006.031	1,38%
2023	12.169.501	1,35%
2024	12.332.252	1,33%
2025	12.494.181	1,30%
2026	12.655.174	1,28%

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia (projeções da revisão 2020)

¹¹ O INE realizou duas revisões de projeções e estimativas de dados da população boliviana, a primeira das quais em 2014 e a segunda em 2020.

A densidade demográfica da Bolívia é baixa, 10 hab/km², devido à existência de vastas extensões desabitadas no altiplano e nas áreas amazônicas. O departamento de Cochabamba tem a maior densidade do país (34,4 hab/km²), seguido por La Paz (21,2 hab/km²) e Chuquisaca (14,4 hab/km²). Os departamentos de Pando e Beni possuem a menor densidade (2,1 hab/km²).

BOLÍVIA: POPULAÇÃO TOTAL, EVOLUÇÃO RECENTE E PREVISÕES DE CRESCIMENTO ATÉ 2025, POR DEPARTAMENTO

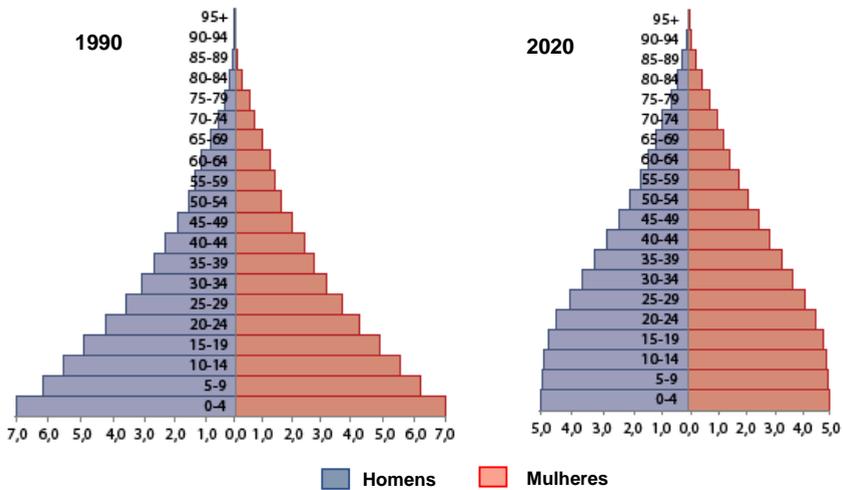
Ano	Chuquisaca	La Paz	Cochabamba	Oruro	Potosí
2017	627.098	2.910.267	1.966.018	529.115	877.120
2018	633.612	2.938.746	1.996.220	534.174	884.273
2019	640.264	2.967.180	2.026.460	539.089	891.761
2020	647.089	2.995.530	2.056.710	543.880	899.575
2021	654.035	3.023.791	2.086.930	548.537	907.686
2022	661.119	3.051.947	2.117.112	553.088	916.087
2023	668.321	3.079.980	2.147.205	557.542	924.775
2024	675.643	3.107.890	2.177.186	561.885	933.715
2025	683.060	3.135.635	2.207.021	566.122	942.877

Ano	Tarija	Santa Cruz	Beni	Pando
2017	553.471	3.108.498	471.641	138.633
2018	563.182	3.173.151	480.270	143.613
2019	572.823	3.237.223	489.056	148.612
2020	582.376	3.300.603	498.004	153.639
2021	591.828	3.363.377	507.095	158.676
2022	601.214	3.425.399	516.338	163.727
2023	610.537	3.486.624	525.741	168.776
2024	619.784	3.547.045	535.271	173.833
2025	628.956	3.606.680	544.940	178.890

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia (projeções da revisão 2020)

A taxa de natalidade bruta é declinante (20,51 por mil habitantes em 2021, contra 24,08 em 2012). A expectativa de vida, por sua vez, aumentou de 69,3 anos em 2012 a 73,9 anos em 2021.

No que se refere à estrutura da população, a estimativa de 2020 revela que o número de jovens na Bolívia tende a diminuir em comparação a 1990.



Fonte: INE Bolívia (estimativa da revisão 2020)

A composição demográfica por principais faixas etárias e por sexo constam da seguinte tabela.

BOLÍVIA: EVOLUÇÃO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E SEXO

Idade	2019		2020		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 - 4	608.563	581.741	607.729	580.909	606.704	579.895
5 - 9	601.668	576.298	601.338	576.011	601.078	575.782
10 - 14	595.647	571.022	597.119	572.373	597.961	573.142
15 - 19	573.913	551.334	577.674	554.929	581.257	558.347
20 - 24	537.979	520.409	544.745	526.853	550.323	532.134
25 - 29	484.058	472.520	492.702	480.908	501.680	489.601
30 - 34	430.426	423.915	438.932	432.313	447.560	440.794
35 - 39	378.191	375.623	386.681	384.149	395.180	392.667
40 - 44	326.479	327.215	334.848	335.709	343.308	344.277
45 - 49	277.002	280.442	284.770	288.410	292.693	296.530
50 - 54	231.840	237.097	238.554	244.071	245.514	251.305
55 - 59	193.267	199.955	198.626	205.538	204.273	211.440
60 - 64	159.842	168.714	164.043	173.040	168.434	177.590
65 - 69	131.548	142.251	134.523	145.532	137.622	148.843
70 - 74	103.888	115.112	106.563	118.262	109.295	121.554
75 - 79	71.525	83.887	74.708	87.523	77.830	91.134
80 +	74.889	104.208	78.286	109.035	81.968	114.240

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia (projeções da revisão 2020)

A composição étnica e racial da sociedade boliviana é diversa (brancos, mestiços, aimarás, quéchuas, “chiquitanos”, “mojeños”, “afrobolivianos”, guaranis, “guarayos”, “kallawayas”, entre outros). Existem, também, importantes comunidades de imigrantes tais como brasileiros, japoneses, suíços (menonitas), peruanos, chineses, israelenses, argentinos, chilenos, alemães, franceses, espanhóis, italianos, árabes e venezuelanos.

Aproximadamente 1.361.806 bolivianos residiam e trabalhavam no exterior em 2012. Os principais destinos de emigração são Argentina (38,2%), Espanha (23,8%), Brasil (13,2%), Chile¹² (5,9%), Estados Unidos (4,2%), Itália (1,8%), Peru (0,8%).

Quanto à religião, a nova Constituição Política do Estado da Bolívia (2009) estabeleceu a liberdade de escolha. As crenças católica e cristã são seguidas por grande parte da população boliviana. Em departamentos das regiões andina e subandina, é comum o sincretismo de práticas religiosas indígenas que convivem em harmonia com a religião católica.

Principais centros urbanos

Segundo o último censo nacional, de 2012, cerca de 67,5% dos bolivianos moram nas áreas urbanas, e aproximadamente 30,6 % em áreas rurais. Os departamentos que conformam o denominado eixo central (La Paz, Santa Cruz, Cochabamba) concentram 71,5% da população total¹³.

As cidades mais populosas da Bolívia, são:

Santa Cruz de la Sierra: centro financeiro do país e capital do departamento de Santa Cruz. Nas últimas décadas, essa cidade e as que conformam a área metropolitana (Warnes, Porongo, Montero, La Guardia, Cotoca e El Torno), receberam grandes influxos de migrantes internos em busca de oportunidades econômicas. As principais atividades geradoras de renda são as vinculadas à agroindústria, manufatura em geral, comércio, construção, serviços e hidrocarbonetos.

La Paz e El Alto: cidades vizinhas que, junto a Viacha, conformam a área metropolitana com maior quantidade de habitantes da Bolívia. El Alto é uma

¹² Informações recentes (2020) da Direção Geral de Migração revelaram que o Chile passou a ser o primeiro destino dos migrantes bolivianos, seguido de Argentina, Peru, Brasil e Espanha.

¹³ Dados estimativos da revisão 2014 do INE Bolívia.

cidade de contrastes econômicos e particularidades sociais. Sua população é conformada por migrantes internos e sua economia é baseada no comércio informal, como demonstra a feira a céu aberto “16 de Julio”, e em atividades industriais. Sua nova elite é formada pelos chamados milionários aimarás que ostentam prédios da denominada arquitetura “neo-andina”, os famosos “cholets”.

La Paz, capital do departamento, chama-se Nuestra Señora de La Paz. Até finais do século passado, La Paz liderou o crescimento econômico da Bolívia, posição que pertence hoje a Santa Cruz. Atualmente, os setores que movimentam a economia de La Paz são os da administração pública, comércio, serviços, indústria (farmacêutica, bebidas, manufaturas em geral) e construção, complementado pela agricultura, atividades mineiras e turismo.

Cochabamba: situada no coração do país, a capital do departamento de Cochabamba é considerada um centro gastronômico e a terceira cidade em importância econômica da Bolívia. A população urbana está concentrada no vale central integrado pelas cidades de Cochabamba, Quillacollo, Sacaba, Tiquipaya e Colcapirhua. Empresas manufatureiras de relevância mantêm sua sede naquela cidade e, junto com o setor agrícola e comercial, sustentam a economia local. Ademais, a produção de gás nos campos de Carrasco e Paloma continua gerando altos níveis de renda para o departamento.

BOLÍVIA: PRINCIPAIS CENTROS URBANOS

Cidade/Município	2018	Habitantes 2019	2020	Província - Departamento
Santa Cruz de la Sierra	1.686.375	1.705.706	1.722.480	Andrés Ibáñez- Santa Cruz
El Alto	922.598	933.053	943.558	Murillo - La Paz
La Paz	804.268	809.964	816.044	Murillo - La Paz
Cochabamba	702.373	713.108	724.126	Cercado - Cochabamba
Oruro	293.673	298.165	302.643	Cercado - Oruro
Sucre	288.122	291.819	295.476	Oropeza - Chuquisaca
Tarija	254.048	261.188	268.387	Cercado - Tarija
Potosí	213.719	216.981	220.260	Tomas Frías - Potosí
Trinidad	124.943	127.813	130.657	Cercado - Beni
Cobija	70.563	74.546	78.555	Nicolás Suárez - Pando

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia (projeções da revisão 2020)

Indicadores socioeconômicos da Bolívia

	2017	2018	2019
PIB, a preços correntes ¹⁴ :	US\$ 37,8	US\$ 40,6	US\$ 41,2
PIB por paridade do poder de compra (PPC) ¹⁵ :	US\$ 94,3	US\$ 98,3	US\$ 100,4
PIB per capita ¹⁶ :	US\$ 3.351	US\$ 3.549	US\$ 3.552
Crescimento real do PIB:	4,20%	4,22%	2,22%
Índice de preços ao consumo (2016=100) ¹⁷ :	100,9	102,4	103,9%
Índice de competitividade global ¹⁸ :	-	105	107
Índice de desenvolvimento humano:	0,710	0,714	0,718
Índice de Gini ¹⁹ :	0,46	0,44	0,42
Taxa de desemprego:	4,5%	4,3%	4,8%
Principais faixas salariais ²⁰ :	Mínimo US\$ 291,54	Mínimo US\$ 300,29	Mínimo US\$ 309,32
	Médio US\$ 405,24	Médio US\$ 406,56	Médio US\$ 432,51

¹⁴ Em bilhões de dólares. Dados provisórios do INE Bolívia.

¹⁵ Em bilhões de dólares. Dados do Banco Mundial.

¹⁶ Em dólares, a preços correntes. Dados do Banco Mundial.

¹⁷ Dados do INE Bolívia. Variações mensais por departamento podem ser consultadas em <https://www.ine.gob.bo/index.php/graficos-ipc/#> (acesso em 11/11/2021).

¹⁸ Posição entre 141 países.

¹⁹ Dados da Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas do MEFP e do INE Bolívia.

²⁰ Dados do INE Bolívia. Em 2020 o valor do salário mínimo foi o mesmo do 2019. Em 2021, foi fixado em Bs 2.164 (US\$ 315,45). O valor médio referido é uma estimativa de salários correspondentes a empregos de baixa especialização. Profissionais com formação técnica básica percebem salários que em média atingem o valor de US\$ 729, enquanto os de formação superior percebem salários que superam US\$ 1.457, em média. Profissionais com cargos e formação especializada, além de experiência profissional superior a cinco anos, esperam salários mensais de mais de US\$ 2.000, nos setores público e privado.

Outros indicadores

Receptores de rádio:	Apesar do avanço de novas mídias e da expansão do acesso à internet, o rádio continua sendo um dos principais veículos de informação e de entretenimento dos bolivianos. De acordo com pesquisas realizadas pelo INE Bolívia em 2015, o rádio estava presente em 47,8% de 10.656 dos domicílios.
Aparelhos de TV:	Em 2015, 82,7 % dos domicílios da Bolívia tinham pelo menos um aparelho de TV.
Telefones fixos:	Segundo a ATT ²¹ , em 2020 existiriam 598.082 linhas ativas ²² .
Telefones celulares:	Dados da ATT indicam que a Bolívia terminou 2018 com 11,4 milhões de linhas móveis ativas e registradas; 29% no departamento de La Paz; 28% em Santa Cruz; 18 % em Cochabamba.
Tempo de utilização médio de TV:	Consultas realizadas junto a gerentes de programação das principais redes de televisão nacionais - Unitel, Red Uno, Bolivisión, ATB - indicam que em 2020 o tempo médio do boliviano ²³ em frente à TV foi de seis horas, de segunda a sexta, e de três horas, nos sábados e domingos. A forte ascensão da Internet como plataforma de distribuição de conteúdo e o interesse pelos serviços de streaming (Netflix principalmente) fizeram a TV aberta na Bolívia sofrer com a migração de sua audiência.
Número de computadores:	Segundo pesquisa realizada pelo INE Bolívia em 2014, 27,7% dos domicílios tinham pelo menos um computador. A pandemia pelo novo coronavírus fez vendas de computadores (desktops e notebooks), aumentarem consideravelmente em 2020 e no primeiro semestre de 2021, como efeito direto das práticas de isolamento social.
Acesso a Internet e inclusão digital:	Dados preliminares da ATT indicam que em 2020 existiam 10,9 milhões de conexões ativas, das quais 75 % correspondiam aos departamentos de La Paz, Santa Cruz e Cochabamba. Nove em cada dez conexões foram por meio de smartphones. O tempo médio que o boliviano fica na Internet é de aproximadamente 5,8 horas por dia.

²¹ Autoridade de Regulamentação e Supervisão de Telecomunicações e Transporte. O serviço de telefonia móvel na Bolívia é fornecido pelas empresas Entel (estatal), Tigo e Viva.

²² Dados ainda provisórios do INE Bolívia.

²³ Espectadores maiores de 21 anos nas principais cidades do país.

	<p>As cidades capitais e grande parte das localidades e estradas próximas a elas possuem acesso à internet móvel, enquanto a cobertura das redes fixas por parte dos operadores tradicionais é deficiente nas áreas rurais e às vezes inexistente nas áreas remotas.</p> <p>A Agencia Boliviana Espacial (ABE) oferece o serviço de internet de banda larga fixa com cobertura total no território boliviano mediante o “Satélite Túpac Katari (TKSAT-1)” lançado na China em 2013.</p>
Número de automóveis:	Foram registrados 2.109.117 automóveis em 2020, 4,8% a mais que em 2019. O departamento de Santa Cruz registrou 725.549 unidades, seguido por La Paz e Cochabamba, com 493.878 e 453.500 unidades, respectivamente ²⁴ .
Consumo de aço:	A demanda de aço na Bolívia (importações) no período 2017-2019 foi de cerca de 350.000 toneladas anuais, sendo Brasil o principal fornecedor ²⁵ .
Consumo de energia elétrica:	Entre 2013 e 2019 o consumo per capita de energia elétrica na Bolívia oscilou entre 636 KWh/hab e 787 KWh/hab ²⁶ .
Taxa de alfabetização:	A taxa de alfabetização na Bolívia passou de 80%, em 1992, para 97,3% em 2018, de acordo com dados do Banco Mundial e do Ministério de Educação do país.
População estudantil:	Levantamento oficial do INE mostrou que a Bolívia tinha 2,9 milhões de estudantes em 2019, dos quais 2,6 milhões na rede pública e 332 mil na privada.

1.3 Organização política e administrativa

A Bolívia iniciou sua vida independente em 6 de agosto de 1825 como uma República e, desde 2009, em virtude da nova Constituição Política do Estado (CPE)²⁷, tornou-se um Estado unitário, social de direito plurinacional

²⁴ Dados do “Registro Único para la Administración Tributaria Municipal (RUAT)”.

²⁵ Dados do INE Bolívia. Em 2020, houve uma queda provocada pela pandemia (o valor importado foi de 230.716 toneladas). A partir de julho de 2022, funcionará a primeira usina produtora de aço boliviano, com capacidade anual de 200.000 toneladas. Trata-se de iniciativa da companhia privada Las Lomas, considerada uma das maiores importadoras de aço brasileiro.

²⁶ Dados da UDAPE e da “Autoridad de Fiscalización de Electricidad y Tecnología Nuclear (AE)”.

²⁷ Promulgada no dia 07 de fevereiro de 2009, durante o governo do então presidente Evo Morales Ayma, a Constituição em vigor é a 19ª da história boliviana. O documento pode ser consultado na sua íntegra no site do Secom La Paz.

comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias.

A capital constitucional é Sucre²⁸. Organiza-se territorialmente em departamentos, cada um dos quais é dividido em províncias, que por sua vez compreendem municípios e “Territorios Indígena-Originário-Campesinos”.

BOLÍVIA: NÚMERO DE PROVÍNCIAS E MUNICÍPIOS POR DEPARTAMENTO

Departamento	Províncias	Municípios
Chuquisaca	10	29
La Paz	20	87
Cochabamba	16	47
Oruro	16	35
Potosí	16	40
Tarija	6	11
Santa Cruz	15	56
Beni	8	19
Pando	5	15
Total	9 Departamentos	112
		339

Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia

O Estado Plurinacional da Bolívia organiza e estrutura seu poder público através dos órgãos legislativo, executivo, judiciário e eleitoral.

O Órgão Executivo é conformado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos Ministros de Estado. As duas principais autoridades do governo boliviano são eleitas diretamente, para um período de cinco anos, podendo ser reeleitas por um mandato consecutivo. Os Ministros são indicados pelo Presidente e cada um deles designa os Vice-Ministros e Diretores de áreas em sua pasta. Segue, abaixo, lista dos Ministérios existentes na Bolívia.

“Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto”	www.cancilleria.gob.bo
“Ministerio de la Presidencia”	www.presidencia.gob.bo
“Ministerio de Gobierno”	www.mingobierno.gob.bo
“Ministerio de Justicia y Transparencia Institucional”	www.justicia.gob.bo
“Ministerio de Minería y Metalurgia”	www.mineria.gob.bo
“Ministerio de Economía y Finanzas Públicas”	www.economiafinanzas.gob.bo
“Ministerio de Hidrocarburos y Energías”	www.mhe.gob.bo

²⁸ La Paz é a Sede do Governo.

"Ministerio de Planificación del Desarrollo"	www.planificacion.gob.bo
"Ministerio de Desarrollo Productivo y Economía Plural"	www.produccion.gob.bo
"Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social"	www.mintrabajo.gob.bo
"Ministerio de Medio Ambiente y Agua"	www.mmaya.gob.bo
"Ministerio de Defensa"	www.mindef.gob.bo
"Ministerio de Obras Públicas, Servicios y Vivienda"	www.oopp.gob.bo
"Ministerio de Educación"	www.minedu.gob.bo
"Ministerio de Salud y Deportes"	www.minsalud.gob.bo
"Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras"	www.ruralytierras.gob.bo
"Ministerio de Culturas, Descolonización y Despatriarcalización"	www.minculturas.gob.bo

O Órgão Legislativo ou Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP) é presidida pelo Vice-Presidente do país. Está composta por duas Câmaras, a dos Senadores e a dos Deputados. A ALP é a única com competência para aprovar e sancionar as leis que regem o território boliviano. A Câmara dos Senadores está integrada por 36 membros, e a Câmara dos Deputados por 130 membros, todos eleitos nos sufrágios gerais²⁹ para mandato de cinco anos.

O Órgão Judiciário está conformado pelo Supremo Tribunal de Justiça, os Tribunais Departamentais de Justiça, os Tribunais de Sentença e os Juizes; a jurisdição agroambiental, pelo Tribunal e Juizes Agroambientais. A justiça indígena originaria é exercida por suas próprias autoridades, existindo jurisdições especializadas reguladas por lei. A jurisdição ordinária e a jurisdição indígena gozam de igual hierarquia. A justiça constitucional é exercida pelo Tribunal Constitucional Plurinacional. O "Consejo de la Magistratura" é parte do Órgão Judicial.

O Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP) está composto principalmente pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e pelos Tribunais Eleitorais Departamentais (TED). O TSE é integrado por sete membros com mandato de seis anos. Seis deles são eleitos pela ALP e um é nomeado pelo Presidente. As competências do OEP são administrar o regime democrático, o registro civil e a justiça eleitoral; supervisionar organizações políticas; e organizar, administrar e executar processos eleitorais³⁰.

²⁹ Os resultados das eleições 2020 estão publicados em <https://www.oep.org.bo/elecciones-generales-2020/> (acesso em 11/11/2021).

³⁰ Os candidatos dos processos eleitorais devem ser postulados por organizações indígenas, agrupações e partidos políticos. Os partidos e alianças de maior representatividade nacional nas recentes eleições gerais foram "Movimiento al Socialismo (MAS)", "Comunidad Ciudadana (CC)" e "Creemos".

A nova CPE e a Lei-Quadro de Autonomias e Descentralização³¹, modificaram a organização administrativa e regional da Bolívia. No novo contexto normativo, consolidam-se os seguintes níveis territoriais: nacional, departamental, regional, municipal e indígena; com isso, as máximas autoridades de cada departamento são os Governadores, e nos municípios, são os Prefeitos (“Alcaldes”).

1.4 Participação em organizações e acordos internacionais

A Bolívia participa dos seguintes organismos e acordos internacionais:

ACE 36 - Acordo de Complementação Econômica, Bolívia e Mercosul
ACE 66 - Acordo de Complementação Econômica, Bolívia e México
ACE 22 - Acordo de Complementação Econômica, Bolívia e Chile
ACE 47 - Acordo de Complementação Econômica, Bolívia e Cuba
AFC - Acordo de Facilitação do Comércio
AR.PAR N° 4 - Acordo de Preferência Tarifária Regional
AAP AG N° 2 - Acordo de Liberação e Expansão do Comércio Intraregional de Sementes
APTR 04 - Acordo de Preferência Tarifária Regional
Acordo de Transporte Fluvial da Hidrovia Paraguai - Paraná
Acordo de Comércio, Bolívia e Venezuela
Acordo de Complementação Econômica de Alcance Parcial N° 70 - Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALBA TCP - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, Tratado de Comércio
AR.CEYC N° 7 - Acordos Regionais de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CAF - Corporação Andina de Fomento
CAN - Comunidade Andina de Nações
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
COMALEP - Convênio Aduaneiro Multilateral da América Latina, Espanha e Portugal
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI - Fundo Monetário Internacional
FONPLATA - Tratado da Bacia do Prata (Banco de Desenvolvimento)
G 77 - Grupo dos 77 + China
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

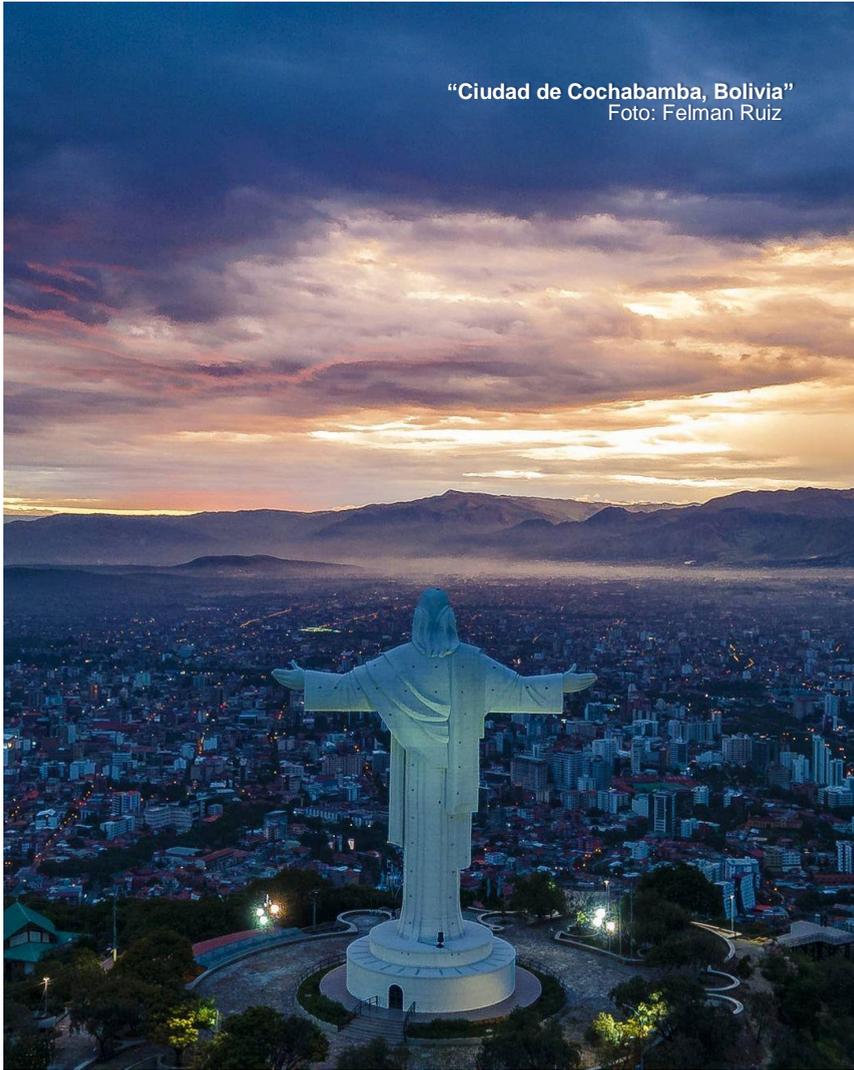
³¹ Aprovada em junho de 2010.

III CAB - Instituto Internacional de Integração, Convênio Andrés Bello
 MERCOSUL - Mercado Comum do Sul (país associado, em processo de adesão)
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OEA - Organização dos Estados Americanos
 OIM - Organização Internacional para as Migrações
 OISS - Organização Ibero-Americana de Seguridade Social
 OMA - Organização Mundial das Aduanas
 OMC - Organização Mundial do Comércio
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
 OMT - Organização Mundial de Turismo
 PMA - Programa Alimentar Mundial
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 SGP+ - Sistema Geral de Preferências, Bolívia e União Europeia
 UNASUR - União de Nações Sul-Americanas
 UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
 UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
 UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
 UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
 UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento





“Ciudad de Cochabamba, Bolivia”
Foto: Felman Ruiz





II. ECONOMIA MOEDA E FINANÇAS

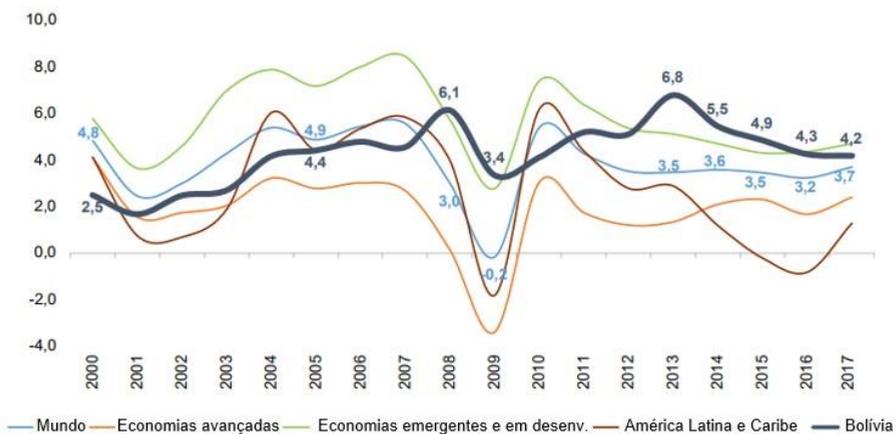
II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1.1 Conjuntura econômica

Evolução recente e características gerais

Durante mais de uma década, a média de crescimento econômico da Bolívia superou o desempenho da América do Sul, apesar da crise dos preços das matérias-primas e da desaceleração generalizada na economia latino-americana.

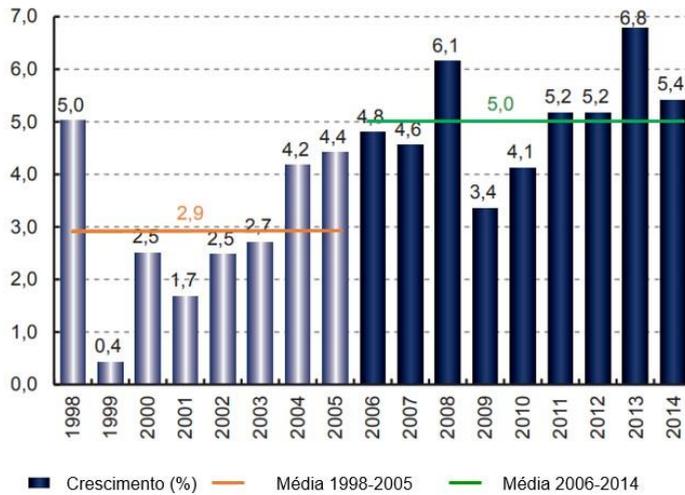
CRESCIMENTO MUNDIAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (%), 2000-2017



Fonte: Elaboração própria, com dados do MEFP da Bolívia, Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), INE Bolívia.

O crescimento médio de 5,1% ao ano entre 2004 a 2014 permitiu à Bolívia quadruplicar seu PIB, o qual aumentou de US\$ 8,3 bilhões para US\$ 32,5 bilhões, no período 2000-2014. Ao mesmo tempo, verificaram-se outros indicadores macroeconômicos positivos.

CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BOLÍVIA (%), 1998-2014



Fonte: Elaboração própria, com dados do MEFP da Bolívia e do INE.

De 2016 a 2018, apesar do menor dinamismo na economia, a Bolívia continuou apresentando desempenho favorável, graças à demanda doméstica e ao desenvolvimento de diversos setores intensivos em mão de obra. A desaceleração do crescimento deveu-se à queda internacional dos preços do petróleo, seus derivados e matérias-primas e à queda acentuada das exportações de gás natural a partir de 2015.

O modelo econômico autointitulado “Social, Comunitário e Produtivo”, implementado desde a assunção do ex-presidente Evo Morales em 2006, caracterizou-se pela acelerada estatização (35% da economia passaram a ser controladas pelo governo) e políticas de distribuição de riqueza. Como resultado desse processo, a partir de 2018, registrou-se importante redução da pobreza extrema, que atingia 38,2% em 2005 e passou a afetar 17,3% da população em 2014.

O setor público tem investido fortemente (com valores oscilando entre US\$ 6,5 bilhões em 2015 e US\$ 5,5 bilhões em 2017) na economia para atuar como locomotiva do desenvolvimento². Por outro lado, o investimento privado tem apresentado baixas taxas de participação. Empresários

queixam-se de insegurança jurídica, altos custos trabalhistas, incerteza tributária e burocracia excessiva. A Bolívia aparece nos últimos lugares em diversas avaliações de facilidade de fazer negócios e de competitividade internacional.

Estado atual

O ano de 2020 foi marcado por conflitos sociais e políticos, de outubro a novembro de 2019, e pelo impacto da pandemia do novo coronavírus. O governo interino decretou quarentena total no país, com fechamento de fronteiras, durante seis meses (entre 22 de março e 31 de agosto de 2020).

Medidas de contenção de circulação de pessoas persistiram em diferentes departamentos e municípios até os primeiros meses de 2021. O impacto na economia boliviana foi severo. Serviços, investimentos, despesas das famílias, consumo do governo, importações³² e exportações³³, caíram abruptamente e milhares de empregos foram perdidos. Frente a esse cenário, houve uma forte queda no desempenho econômico da Bolívia, registrando-se contração de 8,2% no PIB (a maior desde 1953) e um colapso na demanda doméstica em consequência da alta informalidade laboral.

2.2 Política fiscal

Considerando a redução do déficit primário do setor público não financeiro, de 7,2% do PIB em 2018 para 6,3% do PIB em 2019, a postura da política fiscal foi efetivamente contracionista durante 2019. A redução do déficit teve origem na diminuição do investimento, principalmente no caso das empresas públicas, de 13,1% do PIB em 2018 para 11,2% do PIB em 2019.

2.3 Política monetária

O regime de política monetária adotado pelo Banco Central da Bolívia (BCB) tem como âncora nominal a taxa de câmbio fixa e usa a taxa de crescimento

³² 27,3%, especialmente em bens de capital, materiais de construção, roupa, calçados, cosméticos e outros produtos não considerados de primeira necessidade.

³³ 21,3%, associado à queda na demanda externa, à contração da produção local e às medidas governamentais

do crédito como objetivo operacional, a fim de manter a inflação em torno de uma meta que foi reduzida de 4,0% para 3,5%, em julho de 2019.

Em 2019, a autoridade monetária manteve uma política expansionista, injetando liquidez ao sistema financeiro mediante operações de mercado aberto, mantendo taxas de liquidez baixas (2,5% no caso de operações de revenda), estendendo o fundo para empréstimos dirigidos ao setor produtivo e a programas de habitação social e reduzindo os requisitos de reserva em moeda nacional de 33% a 18% no caso de depósitos até 720 dias.

Ao longo de 2020, o BCB manteve a postura expansionista da política monetária. O Instituto emissor injetou cerca de US\$ 500 milhões no sistema financeiro por meio da compra de títulos de fundos de pensão, que foram depositados no sistema bancário. Adicionalmente, foi anunciada a possibilidade de diferir o pagamento de capital dos empréstimos a pequenas e médias empresas e pessoas físicas, por até dois meses.

Em relação à política cambial, a taxa de câmbio nominal foi mantida ao longo de 2019 em 6,96 bolivianos por dólar. Para isso, o BCB autorizou vendas de divisas mediante o Banco Unión (estatal). Não obstante a depreciação das moedas dos principais parceiros comerciais do Estado Plurinacional da Bolívia, os diferenciais dos níveis de inflação fizeram com que a taxa de câmbio real valorizasse 0,23% em 2019.



III. COMÉRCIO EXTERIOR

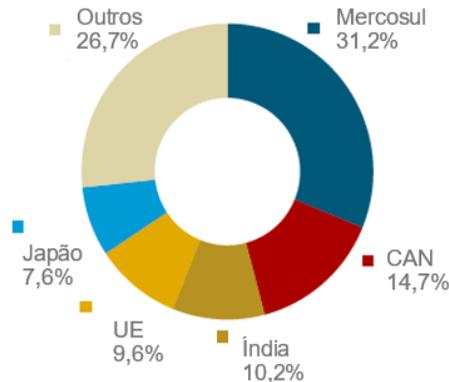
III. COMÉRCIO EXTERIOR

3.1 Considerações gerais

A Bolívia é o nonagésimo primeiro exportador do mundo³⁴. Em 2020, o MERCOSUL foi o destino de 31,2% das suas exportações, enquanto a CAN respondeu por 14,7% das suas vendas internacionais. O país lidera a exportação global da Castanha do Pará³⁵ e de minérios e concentrados de Tungstênio³⁶.

Possui vantagens comparativas em recursos naturais e potencial em commodities: quinoa, café, cacau, amendoim, abacaxi, milho, energia, etanol, arroz, carnes, bananas, açúcar, fibras de camelídeos de alto padrão (alpaca, vicunha), soja, vinhos, lácteos, palmito, têxteis, chocolates, móveis e derivados de madeira, joias de ouro e prata com ou sem incrustações de gemas (a exemplo da bolivianita que pode ser encontrada unicamente no país), óleo de soja e girassol, ureia e derivados de lítio.

BOLÍVIA, IMPORTANCIA DO MERCADO DE DESTINO, 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), CAN.

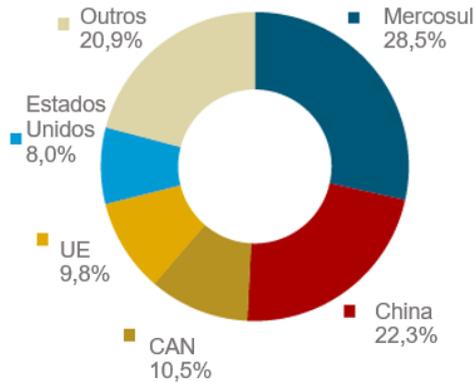
³⁴ Dados provisórios da OMC para 2020.

³⁵ Com 74% do mercado, seguida de Peru, com 15%, e Brasil com 11%.

³⁶ Com 34% do mercado, seguida de Rússia, com 26%, e Portugal, com 16%.

Pelo lado das importações, a Bolívia é o centésimo maior comprador do mundo³⁷. Em 2020, 28,5% das importações foram dos países que conformam o MERCOSUL e 22,3% da China. É um importador tradicional de automóveis de passageiros, tratores, partes e peças de reposição, máquinas, equipamentos e bens de capital em geral; combustíveis, lubrificantes e produtos conexos; materiais de construção, matérias-primas e produtos intermediários para agricultura e indústria; dispositivos eletrônicos (smartphones, computadores), cosméticos e produtos de cuidado pessoal, calçados e vestuário*, medicamentos, alimentos e bebidas*, artigos para o lar e utensílios de cozinha, plásticos em geral, alimentos para animais domésticos, móveis*, roupas de cama, mesa e banho, papel e material de escritório, entre outros.

BOLÍVIA, IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE ORIGEM, 2020



Fonte: Elaboração própria, com dados do INE Bolívia e da CAN

O grau de abertura comercial da Bolívia foi de 70% em 2014, 45% em 2019 e 56% em 2020. A importância do comércio exterior no valor corrente do PIB é de aproximadamente 40% nas exportações e 30% nas importações (considerando o período 2000-2019).

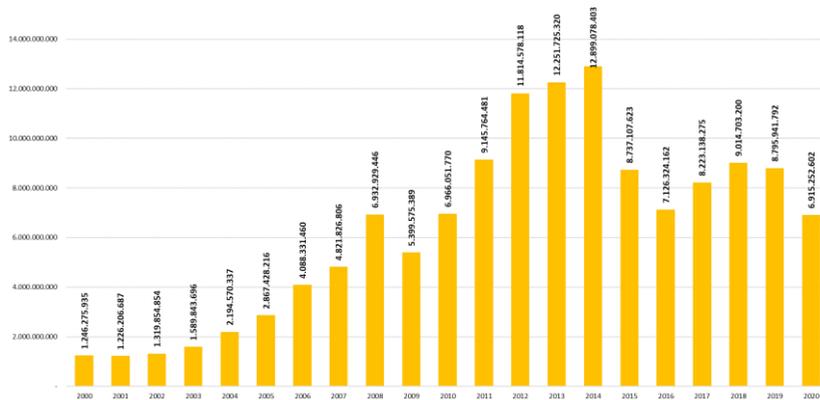
³⁷ Dados provisórios da OMC para 2020.

* A partir de 2016, o governo vem estabelecendo barreiras técnicas para reduzir a importação desses e outros produtos que geram concorrência com a produção nacional, por exemplo, com os "Decretos Supremos 2751 e 2752", que podem ser consultados no site do Secom La Paz.

3.2 Evolução recente

Exportações

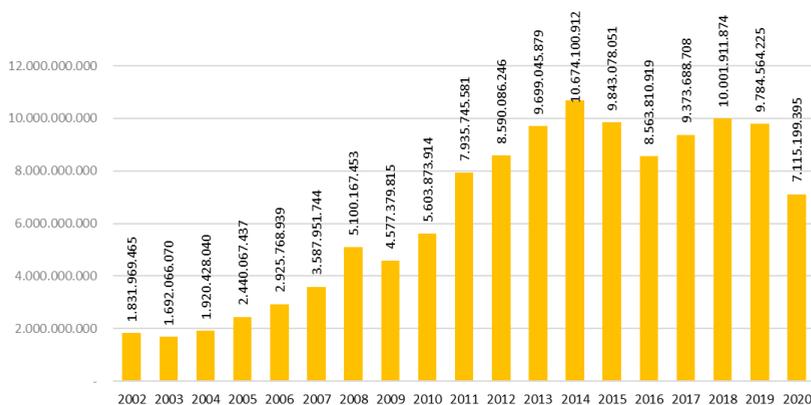
BOLÍVIA, EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, 2000-2020
(Em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

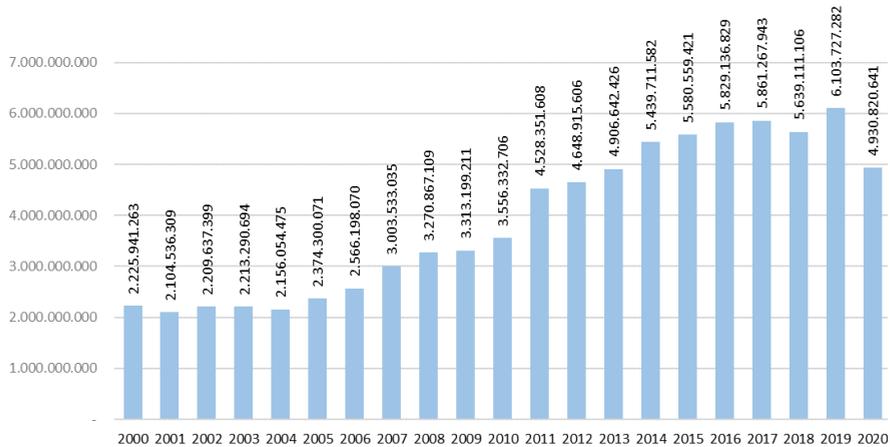
Importações

BOLÍVIA, EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, 2000-2020
(Em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

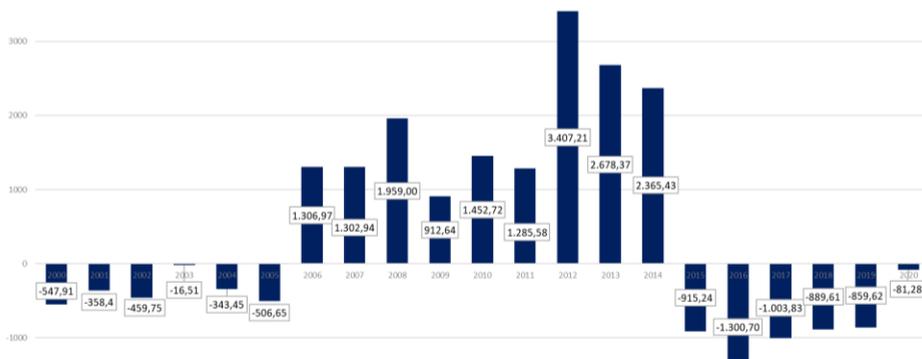
BOLÍVIA, EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, 2000-2020 (Em Kg)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

Balança comercial

BOLÍVIA, EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL, 2000-2020 (Em bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

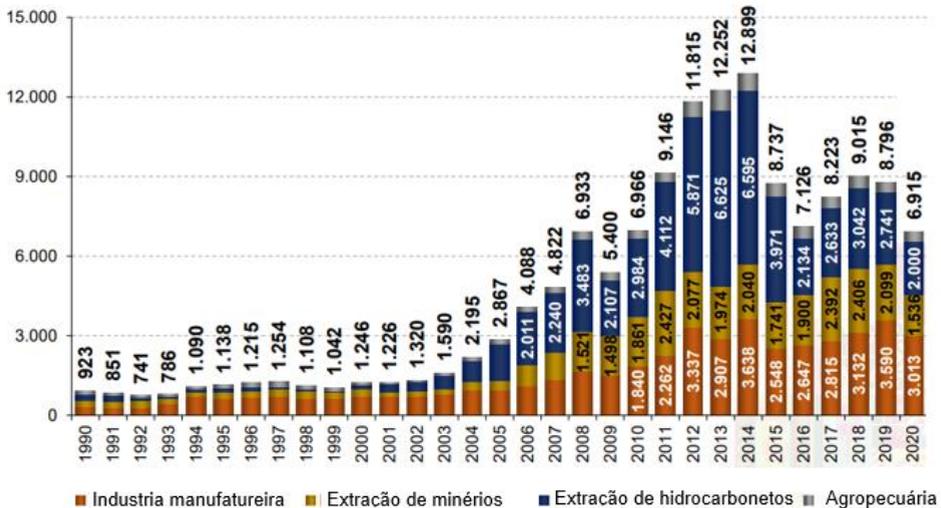
3.3 Destino e composição das exportações

BOLÍVIA, DESTINO DAS EXPORTAÇÕES, 1990-2020
(Em bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

BOLÍVIA, COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA, 1990-2020
(Em bilhões de US\$)

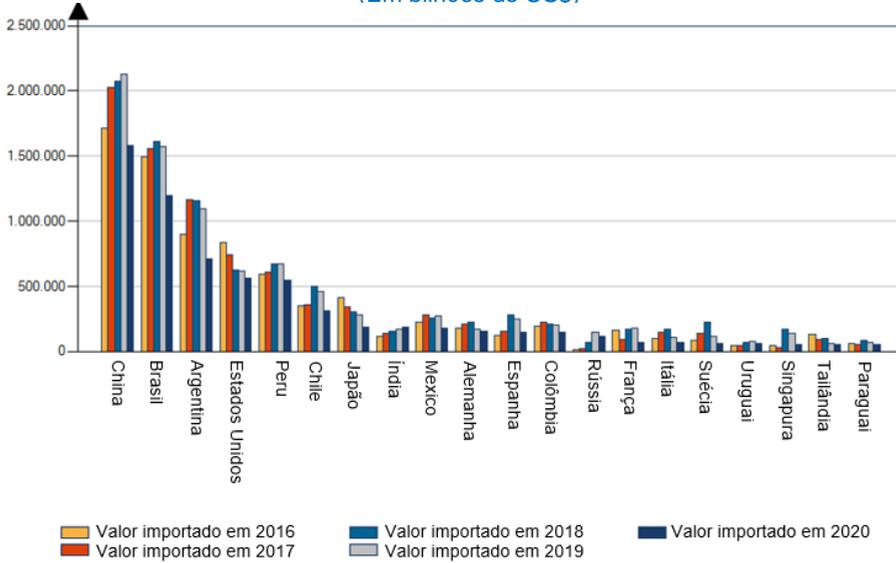


Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE).

3.4 Origem e composição das importações

BOLÍVIA, ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES, 2016-2020

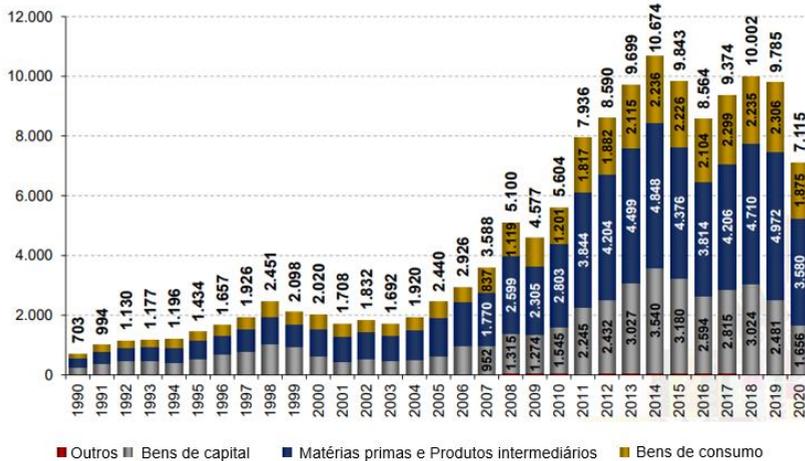
(Em bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) e da OMC.

BOLÍVIA, COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES POR USO OU DESTINO ECONÔMICO, 1990-2020

(Em bilhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) e do MEFP.

3.5 Política de substituição de importações

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo atual para reativar a economia boliviana é a denominada Nova Estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (NISI). Entre as consequências da estratégia, encontra-se a Lei 238/2020-2021 de Incentivos Tributários à Importação e Comercialização de Bens de Capital e Plantas Industriais, a qual beneficiará, por um ano, os setores agrícola, de construção, mineiro, têxtil, madeireiro e a indústria em geral.

**IV. RELAÇÕES
ECONÔMICO -
COMERCIAIS
BRASIL-BOLÍVIA**

IV. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA- BRASIL

4.1 Comércio bilateral

O Brasil é historicamente o principal parceiro comercial da Bolívia. É o primeiro destino das exportações bolivianas, concentradas no gás natural, e a segunda origem das importações desde 2014, quando a China lhe ultrapassou.

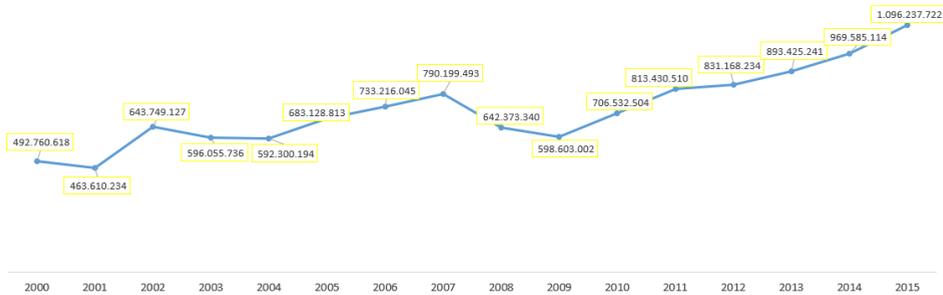
**BOLÍVIA, INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL, 2000-2015
(EM BILHÕES DE US\$)**



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

As relações econômicas com o Brasil têm contribuído expressivamente para o desenvolvimento boliviano, em função da renda percebida pelas exportações realizadas, das importações de bens de capital e de consumo que dinamizaram a indústria, o agro e o comércio locais, dos investimentos de empresas brasileiras e das remessas de imigrantes.

BOLÍVIA, INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL, 2000-2015 (EM VOLUME, KG)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

A Bolívia é um dos vinte principais emissores de turistas para o Brasil, gerando receita no setor de serviços. O país também tem atrativos turísticos que podem gerar interesse entre o público brasileiro.

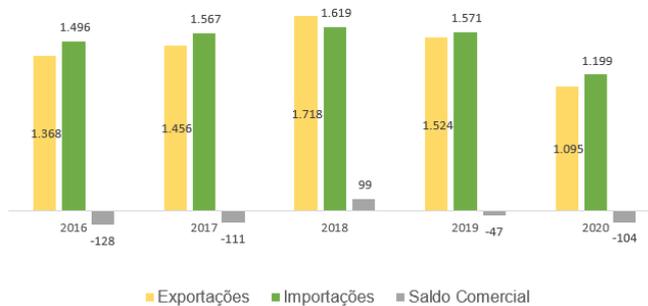
As exportações brasileiras para a Bolívia são compostas basicamente de produtos e bens de capital. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Brasil vende mais de 3.000 produtos no mercado boliviano.

Por outro lado, o gás corresponde a mais de 90% das exportações da Bolívia ao Brasil, fazendo com que a corrente comercial seja na maior parte dos anos superavitária para o Brasil (sem o gás natural, a Bolívia sempre teve saldo negativo na sua balança comercial bilateral).

4.2 Evolução recente

Desde 2016, sem considerar o exercício de 2018, o resultado da balança comercial foi deficitário para a Bolívia. As importações do Brasil mantiveram-se na faixa de US\$ 1.5 bilhão e 900.000 Kg em volume, apresentando uma queda aproximada de US\$ 500 milhões e 200.000 Kg em 2020.

BOLÍVIA, INTERCÂMBIO COMERCIAL RECENTE COM O BRASIL, 2016-2020 (EM BILHÕES DE US\$)



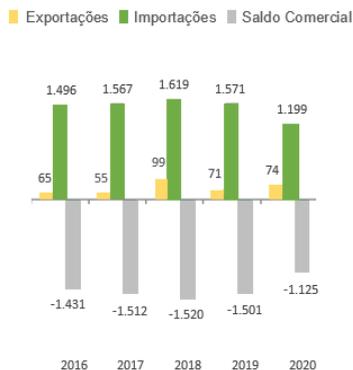
Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

* Os dados de 2019 e 2020 são provisórios

A pauta exportadora da Bolívia permanece concentrada no gás natural (com uma média de 95% do valor vendido). Em seguida, figuram na lista das exportações para o Brasil concentrados minerais, gás liquefeito de petróleo, ureia, feijão e óleo cru de soja.

As vendas brasileiras são amplamente diversificadas e seu principal concorrente é a China. Os produtos de maior destaque são máquinas e equipamento de transporte, material de construção, suprimentos industriais e químicos, combustíveis e lubrificantes, alimentos, papel e calçados.

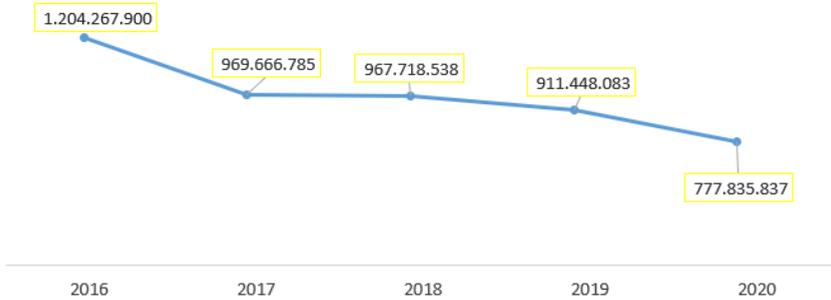
BOLÍVIA, SALDO COMERCIAL RECENTE COM O BRASIL, 2016-2020 SEM PARTICIPAÇÃO DO GÁS NATURAL (EM BILHÕES DE US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

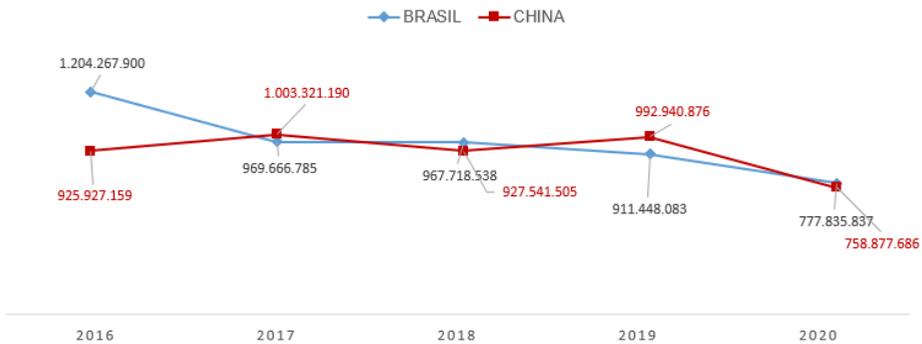
* Os dados de 2019 e 2020 são provisórios

BOLÍVIA, INTERCÂMBIO COMERCIAL RECENTE COM O BRASIL, 2016-2020 (EM VOLUME, KG)



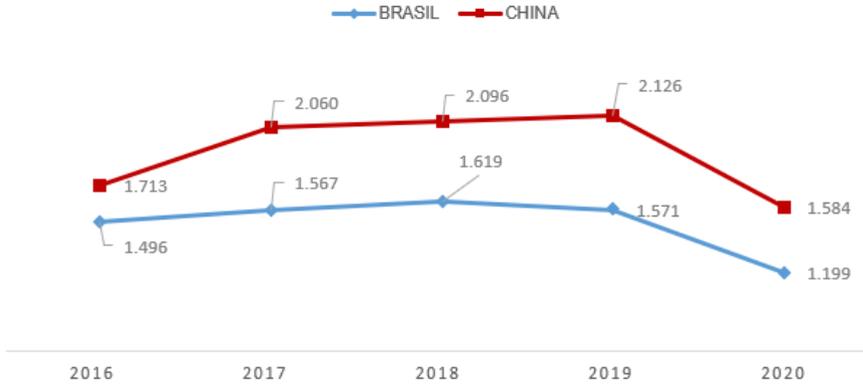
Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)
* Os dados de 2019 e 2020 são provisórios

BOLÍVIA, COMÉRCIO BILATERAL RECENTE COM O BRASIL E A CHINA, 2016-2020 (EM VOLUME, KG)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)
* Os dados de 2019 e 2020 são provisórios

BOLÍVIA, COMÉRCIO BILATERAL RECENTE COM O BRASIL E A CHINA, 2016-2020 (EM BILHÕES DE US\$)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)
* Os dados de 2019 e 2020 são provisórios

4.3 Principais acordos bilaterais

Em matéria comercial, sobressai o Acordo de Complementação Econômica nº 36 (ACE-36), firmado entre os países do Mercosul e Bolívia, em 17 de dezembro de 1996, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio. O compromisso foi internalizado no Brasil pelo Decreto nº 2.240, de 28 de maio de 1997.

O ACE-36 foi o segundo acordo de livre comércio celebrado pelo Mercosul, e a Bolívia foi o segundo país a tornar-se Estado Associado do bloco. Ao amparo desse acordo, desde 2014 todo o universo tarifário (6.524 linhas tarifárias) já está desgravado, ou seja, livre da cobrança de imposto de importação.

Os textos de todos os atos bilaterais firmados pelo Brasil com a Bolívia podem ser consultados na plataforma “Concórdia” do Ministério das Relações Exteriores.

4.4 Linhas de crédito de bancos brasileiros

Atualmente o único banco brasileiro que disponibiliza linhas de financiamento às exportações para a Bolívia é o BNDES³⁸. A linha específica é o BNDES EXIM AUTOMÁTICO, que financia o comércio de bens brasileiros no exterior, por meio de bancos estrangeiros³⁹.

Empresas exportadoras de bens de fabricação nacional, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil, incluindo *trading companies* e empresas comerciais exportadoras, podem solicitar o financiamento. As condições podem variar conforme o porte do cliente: micros, pequenas, médias e grandes empresas, classificadas segundo a receita operacional bruta anual ou renda anual.

A relação de produtos financiáveis pelo BNDES encontra-se publicada em seu sítio eletrônico na Internet. Os bens dividem-se em grupos, da seguinte forma:

- ✓ Grupo I (bens de capital): máquinas, equipamentos, ônibus, caminhões, entre outros;
- ✓ Grupo II (bens de consumo): calçados, vestuário, móveis, entre outros;
- ✓ Grupo III (bens especiais): automóveis de passeio, entre outros.

Bens do grupo I: devem ser credenciados pelo BNDES, caso aplicável, apresentar índice de nacionalização que atenda os critérios definidos pelo BNDES ou estar enquadrados no Processo Produtivo Básico - PPB.

Bens dos grupos II e III: devem possuir índice de nacionalização, em valor, calculado de acordo com os critérios definidos pelo BNDES.

Partes e peças sobressalentes constantes da Relação de produtos financiáveis podem ser financiadas, desde que sejam exportadas em conjunto com máquinas e equipamentos novos, inclusive sistemas

³⁸ O Banco do Brasil fechou operações na Bolívia em 2020, após mais de 60 anos de funcionamento.

³⁹ Os bancos bolivianos habilitados para operar linhas de financiamento do BNDES são: BANCO NACIONAL DE BOLÍVIA, BANCO ECONÓMICO, BANCO GANADERO, BANCO UNIÓN. O banco credenciado para operar o BNDES EXIM AUTOMÁTICO é o ECONÓMICO.

industriais, credenciados para o Produto BNDES FINAME. Estas deverão ter valor de até 20% da soma dos valores dos equipamentos principais.

Funcionamento:

1. O exportador realiza uma negociação comercial com o importador.
2. O banco no exterior aprova o crédito do importador.
3. O exportador encaminha ao BNDES o pedido de financiamento para aprovação.
4. O banco no Exterior emite a carta de crédito, com as condições de financiamento, para o BNDES.
5. O BNDES envia a carta de crédito ao exportador.
6. O exportador realiza embarque ao importador.
7. O BNDES realiza o desembolso ao exportador.

O prazo é até sete anos. São aplicáveis taxas de desconto do BNDES às operações de desconto de cartas de crédito além de demais encargos e despesas, como renumeração do banco no exterior, comissão de serviços associados, se aplicável, e renumeração do banco mandatário.

4.5 Oportunidades e potencial exportador do Brasil

Apresenta-se, a seguir, relação dos produtos importados pela Bolívia do Brasil e dos seus cinco principais concorrentes, classificados segundo o capítulo NANDINA. Os mercados em verde são aqueles que podem ganhar maior percentual de participação, os amarelos são os que não são tão competitivos, e os vermelhos são os que correm risco de perder mercado.

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
LECHE Y PRODUCTOS LACTEOS; HUEVOS DE AVE; MIEL NATURAL; PRODUCTOS COMESTIBLES DE ORIGEN ANIMAL NO EXPRESADOS NI COMPRENDIDOS EN OTROS CAPÍTULOS.	PERU	9.665.757	9.883.491	9.282.825	6.097.458	9.782.137
	ARGENTINA	3.085.997	2.940.740	2.085.917	2.203.649	2.992.628
	BRASIL	2.533.745	2.620.392	2.778.645	2.729.212	2.389.303
	CHILE	1.859.966	1.510.753	1.399.798	1.240.911	1.524.219
	ESTADOS UNIDOS	840.020	585.057	567.582	576.322	1.114.808
	CHINA	16.335	7.918	7.660	9.241	6.641
PESCADOS Y CRUSTACEOS, MOLUSCOS Y OTROS INVERTEBRADOS ACUATICOS	ARGENTINA	9.153.487	11.894.899	11.957.998	12.299.283	8.703.220
	CHILE	183.137	118.273	252.910	288.026	157.495
	CHINA	1.954	51.597	768		239
	PERU	15.698	34.697	27.882	18.676	8.927
	ESTADOS UNIDOS	13.854	8.739	9.779	5.625	3.293
	BRASIL	76	191			
ANIMALES VIVOS	BRASIL	7.008.244	5.438.169	8.867.098	9.020.788	10.225.448
	PERU	499.598	516.261	432.575	453.876	74.740
	ARGENTINA	217.928	82.650	513.384	133.441	83.033
	ESTADOS UNIDOS	13.589	10.026	21.660	9.230	1.035
	CHILE	103.668	1.144	1.478	546	179

CARNE Y DESPOJOS COMESTIBLES	BRASIL	1.772.254	743.137	522.030	1.867.039	3.375.475
	CHILE	1.171.897	670.146	348.275	368.784	218.231
	ESTADOS UNIDOS	101.791	52.999	29.446	112.577	31.127
	ARGENTINA	55.068	21.280	44.387		

		Año				
		2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
PRODUCTOS DE MOLINERÍA; MALTA, ALMIDÓN Y FECULA; INULINA; GLUTEN DE TRIGO	ARGENTINA	111.270.623	126.647.692	100.134.228	112.339.335	129.185.266
	BRASIL	3.110.631	3.251.794	3.275.982	3.084.856	3.345.475
	CHILE	1.022.051	908.998	1.009.810	1.931.462	3.233.132
	PERU	702.588	582.761	475.495	599.370	976.291
	ESTADOS UNIDOS	46.704	46.673	59.812	25.728	56.105
	CHINA	172.111	40.194	44.771	140.700	75.821

CEREALES	ARGENTINA	37.461.152	53.438.201	33.366.852	24.391.597	37.683.951
	ESTADOS UNIDOS	21.071.429	4.629.564	6.715.669	4.706.919	6.306.575
	BRASIL	5.618.445	4.368.509	6.162.359	4.971.209	5.821.477
	CHILE	757.258	1.233.948	506.017	279.089	124.231
	PERU	5.360	6.008	722	102.411	13.710
	CHINA	317		679		

SEMILLAS Y FRUTOS OLEAGINOSOS; SEMILLAS Y FRUTOS DIVERSOS; PLANTAS INDUSTRIALES O MEDICINALES; PAJA Y FORRAJES.	ARGENTINA	9.972.294	11.418.048	7.719.134	10.030.443	11.510.662
	BRASIL	5.565.491	6.518.999	4.147.767	4.475.510	4.155.993
	ESTADOS UNIDOS	2.803.999	1.916.865	2.649.542	2.175.256	1.424.156
	CHILE	1.451.897	884.103	1.041.203	400.109	390.260
	CHINA	556.421	269.966	716.772	556.547	404.046
	PERU	117.716	114.066	321.451	292.392	510.745

FRUTAS COMESTIBLES; CORTEZAS DE AGRIOS O DE MELONES.	CHILE	10.321.787	11.218.724	11.945.822	9.365.278	11.108.892
	ARGENTINA	8.946.930	7.647.094	7.265.754	9.028.393	11.206.694
	PERU	1.313.641	1.273.923	1.141.034	1.375.042	2.617.418
	BRASIL	1.024.938	1.075.760	1.487.431	280.951	203.195
	ESTADOS UNIDOS	19.162	18.725	41.442	7.518	26.802
	CHINA	18	1.734	1.850	2.040	45.233

CAFE, TE, HIERBA MATE Y ESPECIAS.	ARGENTINA	882.931	1.005.101	960.179	1.000.951	1.040.067
	BRASIL	388.144	580.763	317.870	491.351	597.561
	PERU	258.533	509.189	455.194	453.751	437.982
	ESTADOS UNIDOS	293.151	281.881	332.640	237.580	192.627
	CHINA	260.482	159.864	31.470	95.708	56.140
	CHILE	41.966	19.780	93.255	47.722	29.023

LEGUMBRES Y HORTALIZAS, PLANTAS, RAICES Y TUBERCULOS ALIMENTICIOS	PERU	3.463.741	3.231.592	982.794	2.134.140	2.930.813
	BRASIL		52.521	110	1.040	5.379
	ESTADOS UNIDOS	37.127	51.078	129.273	83.752	86.188
	ARGENTINA	62.660	40.019	20.446		89
	CHILE		17.106	20.013	27.406	16.015
	CHINA	45.688	11.421	24.951	8.789	37.430

GOMAS, RESINAS Y DEMAS JUGOS Y EXTRACTOS VEGETALES	CHILE	310.463	457.196	455.149	504.241	338.317
	PERU	327.036	381.407	251.527	303.067	247.548
	ESTADOS UNIDOS	132.955	313.363	201.357	527.657	84.508
	BRASIL	128.825	136.436	96.079	104.244	170.283
	CHINA	96.042	111.041	98.219	147.838	103.073
	ARGENTINA	13.269	12.323	57.068	52.621	101.997

PLANTAS VIVAS Y PRODUCTOS DE LA FLORICULTURA.	CHILE	67.713	140.682	101.256	81.421	47.349
	ESTADOS UNIDOS		2.820	1.270	3.487	
	BRASIL	342	37			
	ARGENTINA	71.845			113.820	
	CHINA	320		254		

		Año					
		2016	2017	2018	2019	2020	
GRASA Y ACEITES ANIMALES O VEGETALES; PRODUCTOS DE SU DESDOBLAMIENTO; GRASAS ALIMENTICIAS ELABORADAS; CERAS DE ORIGEN ANIMAL O VEGETAL.	BRASIL	6.232.888	5.941.181	6.186.377	8.123.060	10.126.567	
	PERU	3.027.059	3.503.415	2.806.272	2.778.642	2.393.019	
	ARGENTINA	784.674	692.958	1.199.585	1.006.852	1.842.506	
	ESTADOS UNIDOS	237.377	339.103	234.246	247.179	208.048	
	CHILE	49.036	54.296	50.342	45.327	22.480	
	CHINA	24.833	91.572	41.864	31.747	32.279	
PREPARACIONES ALIMENTICIAS DIVERSAS			Año				
			2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	BRASIL	12.085.166	46.786.950	70.176.377	83.823.773	55.611.050	
	CHILE	57.283.982	38.685.958	27.601.744	11.289.269	15.375.301	
	ESTADOS UNIDOS	32.397.205	26.883.441	31.674.337	22.495.724	25.348.762	
	PERU	13.714.682	14.801.272	14.300.081	14.541.408	13.603.101	
ARGENTINA	8.843.214	8.507.178	9.320.884	6.882.755	6.692.001		
CHINA	913.342	878.428	1.018.478	911.079	1.168.061		
PREPARACIONES A BASE DE CEREALES, DE HARINA, DE ALMIDON DE FECULA O DE LECHE; PRODUCTOS DE PASTELERIA	ARGENTINA	28.749.999	28.740.655	30.070.914	25.629.845	27.577.304	
	PERU	18.552.587	21.383.629	17.571.270	22.154.050	23.712.658	
	BRASIL	12.441.913	12.299.907	10.443.482	9.137.191	10.518.620	
	CHILE	7.023.729	8.383.423	8.586.656	7.383.100	9.291.886	
	ESTADOS UNIDOS	1.555.826	1.189.619	1.294.472	1.076.880	970.698	
	CHINA	32.784	227.187	167.349	76.508	42.277	
BEBIDAS, LIQUIDOS ALCOHOLICOS Y VINAGRE	ARGENTINA	15.294.576	18.193.762	19.250.402	10.781.325	12.562.871	
	BRASIL	10.567.899	9.976.928	9.746.020	11.538.148	15.596.063	
	ESTADOS UNIDOS	1.194.376	954.581	757.161	475.123	438.320	
	CHILE	1.114.262	839.174	708.368	384.456	297.913	
	PERU	2.338.781	804.386	692.643	1.067.973	652.090	
	CHINA	248.286	300.658	438.929	200.486	317.401	
RESIDUOS Y DESPERDICIOS DE LAS INDUSTRIAS ALIMENTARIAS; ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMALES.	ARGENTINA	13.840.242	15.591.917	17.035.810	15.009.369	17.059.055	
	BRASIL	8.017.467	9.264.294	13.910.513	14.574.255	19.313.834	
	CHILE	2.751.989	3.319.161	3.484.507	3.292.336	4.006.182	
	PERU	3.218.180	2.326.106	683.255	909.390	1.131.556	
	CHINA	1.775.488	1.771.315	2.402.386	1.878.617	2.157.331	
	ESTADOS UNIDOS	2.358.851	1.538.472	2.165.591	1.812.482	1.984.876	
AZUCARES Y ARTICULOS DE CONFITERIA	ARGENTINA	4.787.152	9.512.748	6.077.211	4.042.490	3.607.966	
	CHILE	5.165.714	5.530.563	4.580.505	4.854.940	3.110.480	
	BRASIL	4.394.001	5.015.049	5.857.550	5.269.864	4.432.432	
	CHINA	4.568.929	4.564.591	3.987.462	4.143.900	2.017.392	
	PERU	768.107	949.842	812.971	980.235	647.957	
	ESTADOS UNIDOS	1.197.438	699.289	1.071.628	1.183.206	935.737	
TABACO Y SUCEDANEOS DEL TABACO ELABORADOS.	BRASIL	5.697.049	6.785.592	6.592.828	9.489.398	10.763.306	
	ARGENTINA	883.125	1.412.744	1.356.561	1.303.999	725.785	
	CHINA	28.322	45.367	11.482	1.537		
	ESTADOS UNIDOS	20.549	159				
PREPARACIONES DE LEGUMBRES U HORTALIZAS, DE FRUTOS O DE OTRAS PARTES DE PLANTAS.	ARGENTINA	10.495.885	9.763.193	12.649.579	13.360.453	11.244.339	
	PERU	3.633.120	4.294.441	5.075.046	5.238.845	4.052.001	
	BRASIL	3.225.999	4.164.826	3.975.386	4.271.212	6.594.350	
	CHILE	2.016.162	3.001.669	2.268.106	1.766.599	1.940.705	
	ESTADOS UNIDOS	2.837.538	2.497.403	2.372.210	2.036.995	1.629.033	
	CHINA	1.340.498	1.593.407	2.381.181	1.769.934	1.354.128	
CACAO Y SUS PREPARADOS	BRASIL	9.338.210	9.546.138	12.027.580	10.103.341	9.462.717	
	ARGENTINA	4.146.955	4.467.025	4.080.153	3.960.878	3.394.044	
	PERU	3.569.265	4.195.805	3.988.826	4.919.669	5.046.077	
	CHILE	2.863.626	1.714.088	1.663.862	2.496.174	1.699.742	
	ESTADOS UNIDOS	978.510	1.542.511	1.582.083	1.667.553	1.530.143	
	CHINA	412.888	469.266	900.924	420.937	469.563	
PREPARADOS DE CARNE, DE PESCADO O DE CRUSTACEOS, DE MOLUSCOS O DE OTROS INVERTEBRADOS ACUATICOS.	CHINA	2.519.464	2.623.030	996.431	1.901.329	1.801.466	
	BRASIL	6.592.368	2.298.831	1.671.471	2.440.957	3.370.588	
	PERU	2.049.081	1.584.528	1.490.545	2.028.030	2.117.297	
	CHILE	943.097	1.192.717	1.685.582	2.850.205	2.694.684	
	ARGENTINA	233.214	305.657	337.135	370.152	525.310	
	ESTADOS UNIDOS	183.902	210.728	139.820	71.747	84.584	

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACION; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES.	ARGENTINA	301.307.458	508.352.928	486.051.886	457.273.793	160.569.668
	CHILE	123.868.876	148.516.375	258.678.409	291.948.107	160.131.940
	PERU	86.623.334	98.537.155	120.911.952	147.473.177	137.440.211
	ESTADOS UNIDOS	134.005.203	55.826.048	88.773.547	75.562.726	149.658.570
	BRASIL	68.590.152	50.382.676	33.460.782	33.788.167	40.249.271
	CHINA	1.454.675	1.993.485	1.507.497	1.844.899	2.443.329

SAL; AZUFRE; TIERRAS Y PIEDRAS; YESOS, CALES Y CEMENTOS.	PERU	32.659.856	27.008.492	18.457.883	3.069.326	493.931
	BRASIL	18.528.627	4.350.836	3.594.516	3.635.944	2.222.993
	ESTADOS UNIDOS	1.295.801	1.578.719	3.634.749	2.966.561	1.365.776
	ARGENTINA	1.233.282	782.993	718.682	153.270	338.020
	CHILE	718.502	627.033	485.497	381.939	439.544
	CHINA	129.920	339.638	293.133	409.458	502.449

MINERALES, ESCORIAS Y CENIZAS	BRASIL	169.492	382.722	428.948	650.241	217.118
	CHINA	4.118	6.675	11.993	45	609
	PERU	27	1.624	1.114	15.147	833
	ESTADOS UNIDOS	3.637	1.005	229	20.717	8.815
	CHILE	717	163		1.042	35
	ARGENTINA				1.056.099	

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
PRODUCTOS DIVERSOS DE LAS INDUSTRIAS QUIMICAS	CHINA	70.216.867	102.798.280	111.046.068	101.677.270	101.241.076
	ARGENTINA	58.543.221	60.423.992	78.888.803	50.081.829	43.663.700
	ESTADOS UNIDOS	33.888.156	34.912.375	33.587.353	31.254.142	29.166.596
	BRASIL	32.984.203	31.837.341	38.923.630	40.752.148	32.715.386
	PERU	7.932.728	7.276.101	9.057.240	8.323.395	8.824.528
	CHILE	3.906.478	4.960.725	4.923.819	3.794.999	2.799.958

PRODUCTOS FARMACEUTICOS	CHILE	24.335.527	25.847.726	27.849.930	27.894.547	25.231.565
	ARGENTINA	25.255.327	23.812.662	25.252.913	25.480.540	27.563.277
	ESTADOS UNIDOS	14.910.594	18.456.780	17.083.399	17.311.001	19.353.072
	BRASIL	12.326.544	13.899.084	12.805.831	13.239.847	11.047.374
	PERU	6.559.138	6.790.282	7.462.998	7.884.022	7.947.896
	CHINA	10.341.037	6.594.029	9.090.146	9.990.271	18.383.198

ACEITES ESENCIALES Y RESIDUOS; PRODUCTOS PREPARADOS Y PREPARACIONES, DE PERFUMERIA, DE TOCADOR O DE COSMETICA.	ARGENTINA	22.379.267	26.849.034	22.976.503	20.585.970	18.113.680
	PERU	27.146.935	24.077.645	22.070.861	14.237.737	9.945.621
	BRASIL	15.863.556	16.810.726	18.552.823	17.217.024	17.767.447
	CHILE	11.295.982	12.082.534	12.701.234	12.582.438	12.301.266
	CHINA	3.220.629	4.325.483	6.378.946	6.245.391	4.411.524
	ESTADOS UNIDOS	4.279.455	3.505.610	4.117.481	4.118.115	2.822.822

EXTRACTOS CURTIENTES Y TINTOREOS, TANINOS Y SUS DERIVADOS; PIGMENTOS Y DEMAS MATERIAS COLORANTES; PINTURAS Y BARNICES; MASTIQUES; TINTAS.	BRASIL	34.421.717	31.337.465	29.538.776	34.258.853	25.160.590
	ESTADOS UNIDOS	4.914.312	6.549.827	5.323.993	2.996.089	2.734.121
	ARGENTINA	5.104.268	6.322.559	5.920.802	4.721.226	3.447.068
	CHINA	4.879.907	6.299.870	5.281.449	6.822.989	5.702.257
	PERU	3.574.851	3.497.072	3.150.516	3.342.725	2.930.498
	CHILE	929.984	942.571	1.123.357	944.711	933.093

PRODUCTOS QUIMICOS INORGANICOS; COMPUESTOS INORGANICOS U ORGANICOS DE LOS METALES PRECIOSOS, DE LOS ELEMENTOS RADIOACTIVOS, DE LOS METALES DE LAS TIERRAS RARAS O DE ISOTOPOS.	BRASIL	9.067.780	14.838.767	17.279.614	15.224.619	8.185.554
	CHINA	11.280.910	11.234.629	14.599.840	16.303.748	15.772.932
	PERU	8.265.445	10.958.000	11.553.871	8.962.552	6.359.004
	ARGENTINA	5.167.018	5.190.096	4.858.401	4.055.132	2.612.466
	ESTADOS UNIDOS	8.873.886	4.767.148	4.981.454	5.898.362	4.492.135
	CHILE	3.186.977	3.278.726	4.171.992	1.682.693	1.374.410

ABONOS	ESTADOS UNIDOS	4.443.269	11.166.287	8.799.392	9.426.463	11.383.041
	CHILE	10.415.329	9.716.966	11.911.700	10.266.705	5.755.946
	PERU	9.477.331	9.260.175	10.184.040	7.024.802	8.302.032
	BRASIL	4.913.622	8.291.575	6.094.005	2.781.512	5.880.602
	CHINA	3.338.698	2.409.276	1.498.088	2.022.092	2.163.181
	ARGENTINA	167.965	673.457	897.210	921.607	1.287.963

MATERIAS ALBUMINOIDAS; PRODUCTOS A BASE DE ALMIDON O DE FECULA MODIFICADOS; COLAS; ENZIMAS.	BRASIL	10.958.268	11.466.580	10.117.831	8.426.775	6.360.838
	CHILE	2.896.368	3.766.218	4.002.211	3.235.408	3.311.551
	CHINA	3.367.038	3.272.496	3.321.852	4.249.550	4.586.743
	ESTADOS UNIDOS	1.770.551	2.493.439	2.526.740	2.445.914	1.731.153
	ARGENTINA	779.793	1.040.084	797.508	880.255	875.161
	PERU	527.167	886.509	817.740	918.119	776.453

POLVORAS Y EXPLOSIVOS; ARTICULOS DE PIROTECNIA; FOSFOROS (CERILLAS); ALEACIONES PIROFORICAS; MATERIALES INFLAMABLES.	BRASIL	5.240.501	6.020.564	5.653.178	6.203.279	5.503.606
	PERU	5.400.182	4.358.819	3.638.694	5.070.023	3.179.793
	ESTADOS UNIDOS	1.849.208	3.271.205	422.196	488.292	218.178
	CHINA	3.944.832	3.147.984	3.875.161	4.426.798	1.858.451
	CHILE	801.614	848.280	908.466	650.498	797.119

PRODUCTOS FOTOGRAFICOS O CINEMATOGRAFICOS.	ESTADOS UNIDOS	2.963.776	2.928.476	3.071.027	2.934.543	1.972.405
	CHINA	2.047.693	1.702.290	2.053.483	1.655.315	1.268.751
	BRASIL	1.211.782	907.679	784.483	588.072	241.041
	CHILE	63.908	222.748	48.842	40.531	24.407
	PERU	4.208	37.840	13.518	6.247	41.831
	ARGENTINA	164	76		1.814	1.815

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
MATERIAS PLASTICAS Y MANUFACTURAS DE ESTAS MATERIAS	BRASIL	118.906.342	105.180.125	120.739.007	105.144.840	79.791.292
	CHINA	69.188.242	75.301.051	82.507.591	96.453.943	78.691.219
	PERU	62.771.691	60.299.021	66.926.780	71.924.619	63.788.184
	ARGENTINA	48.156.849	47.733.229	43.651.193	37.511.662	30.008.660
	ESTADOS UNIDOS	32.785.641	31.560.915	44.482.299	49.002.026	37.848.843
	CHILE	13.866.034	12.499.099	8.125.841	7.630.273	6.839.149

CAUCHO Y MANUFACTURAS DE CAUCHO	CHINA	59.994.194	70.510.724	73.594.432	78.226.898	69.314.411
	BRASIL	15.916.663	16.008.232	14.879.968	14.101.071	11.641.193
	ESTADOS UNIDOS	11.140.603	11.812.911	9.475.977	9.821.626	4.871.522
	PERU	5.544.094	5.989.978	5.176.833	4.445.107	2.491.143
	ARGENTINA	4.224.383	4.052.917	3.562.940	3.284.801	1.536.738
	CHILE	813.958	1.069.645	613.960	599.485	381.558

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
MANUFACTURAS DE CUERO: ARTICULOS DE GUARNICIONERIA O DE TALABARERIA; ARTICULOS DE VIAJE, BOLSOS DE MANO Y CONTINENTES SIMILARES; MANUFACTURAS DE TRIPA.	CHINA	14.586.914	18.488.290	18.274.697	20.260.876	9.796.016
	BRASIL	1.014.912	1.421.186	887.645	745.162	517.663
	PERU	275.924	699.654	346.671	89.962	342.097
	ESTADOS UNIDOS	220.459	201.909	209.870	195.940	106.302
	ARGENTINA	133.916	118.641	105.782	185.699	66.622
	CHILE	12.681	30.783	17.889	15.916	26.721

PIELES (EXCEPTO LA PELETERIA) Y CUEROS	BRASIL	1.244	19.188	25.067	36.137	5.567
	CHINA		781	376		98
	ARGENTINA	9.155		4.104	6.920	43
	PERU	25.240				
	ESTADOS UNIDOS	12.331		67	21	

PELETERIA Y CONFECCIONES DE PELETERIA; PELETERIA ARTIFICIAL O FACTICIA.	BRASIL	22.404	12.023	11.883	5.773	19.305
	CHINA	7.039	6.676	5.603	2.291	455
	ARGENTINA			30		
	PERU	3.882		202		
	ESTADOS UNIDOS	230		2.079		36

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
MADERA, CARBON VEGETAL Y MANUFACTURAS DE MADERA	BRASIL	16.977.010	20.496.768	25.676.742	23.932.974	15.575.966
	CHINA	4.137.118	5.545.986	5.653.773	6.779.238	5.147.661
	ARGENTINA	2.777.176	2.920.393	2.182.392	2.066.306	2.030.541
	CHILE	1.875.342	1.781.986	2.143.808	1.365.039	918.819
	PERU	1.108.280	426.890	470.935	261.103	16.411
	ESTADOS UNIDOS	529.551	183.429	408.860	58.099	79.777
CORCHO Y SUS MANUFACTURAS	CHILE	354.973	387.625	415.310	217.957	301.331
	BRASIL	38.677	36.542	53.446	41.877	43.976
	ARGENTINA	3.735	6.717	2.679	33.751	3.279
	CHINA	14.384	6.409	4.813	6.674	8.117
	ESTADOS UNIDOS	4.327	5.126	5.145	4.633	2.752
	PERU	3.434	1.362	8.177	1.363	2.770
MANUFACTURAS DE ESPARTERIA O DE CESTERIA	CHINA	41.115	42.575	27.531	54.156	32.304
	ESTADOS UNIDOS	102		127		
	BRASIL	402		5.260		
CALZADOS, POLAINAS, BOTINES Y ARTICULOS ANALOGOS; PARTES DE ESTOS ARTICULOS	BRASIL	44.270.286	63.848.583	45.614.660	44.901.455	23.999.543
	CHINA	46.241.549	32.296.515	29.993.818	29.261.925	18.104.756
	PERU	2.238.568	1.150.031	1.003.583	1.287.636	1.464.052
	ARGENTINA	480.706	410.762	74.198	88.870	43.639
	ESTADOS UNIDOS	195.160	79.576	86.284	133.397	89.215
	CHILE	56.205	48.587	66.737	131.185	99.215
ARTICULOS DE SOMBRERERIA Y SUS PARTES	CHINA	2.607.141	2.980.479	2.846.146	3.234.606	2.418.564
	ESTADOS UNIDOS	213.018	516.357	360.835	310.679	158.269
	BRASIL	431.377	307.378	350.563	474.731	397.373
	PERU	22.409	71.111	160.107	70.634	248.340
	ARGENTINA	84.810	28.829	14.511	29.284	32.899
	CHILE	26.806	5.863	20.916	32.831	15.027
PLUMAS Y PLUMON PREPARADOS Y ARTICULOS DE PLUMAS O PLUMON; FLORES ARTIFICIALES; MANUFACTURAS DE CABELLOS	CHINA	1.055.900	1.379.857	1.720.066	1.866.288	868.428
	ESTADOS UNIDOS	21.434	6.412	19.560	17.656	37.554
	BRASIL	4.806	5.287	9.134	1.237	4.150
	PERU	31	49	425	806	97
	CHILE	1.260		2.143	6.230	
	ARGENTINA					
PARAGUAS, SOMBRILLAS, QUITASOLES, BASTONES, BASTONES-ASIENTO, LATIGOS, FUSTAS Y SUS PARTES	CHINA	900.163	1.160.881	1.103.145	1.443.037	958.994
	CHILE	1.017	35.374	344	657	
	ESTADOS UNIDOS	12.914	18.686	7.496	8.137	7.849
	PERU	6.283	3.931	32.958	8.259	
	BRASIL	143	3.026	4.244	5.358	1.083
	ARGENTINA	9.222	324		3.618	
PRODUCTOS CERAMICOS	CHINA	22.620.868	25.353.524	24.897.334	25.250.846	15.704.771
	BRASIL	21.921.151	20.792.231	22.418.765	20.371.627	15.381.058
	PERU	2.728.805	2.941.671	2.399.486	2.385.290	951.735
	ARGENTINA	1.399.452	1.264.018	853.258	906.409	577.082
	ESTADOS UNIDOS	316.847	336.879	340.090	471.154	263.088
	CHILE	41.687	54.584	151.549	123.335	21.384
VIDRIO Y MANUFACTURAS DE VIDRIO	CHINA	25.127.056	28.002.944	29.540.246	33.519.244	21.028.463
	BRASIL	5.230.578	5.750.976	5.670.984	5.840.514	4.713.761
	ARGENTINA	3.855.404	3.045.763	3.209.761	2.600.358	1.675.591
	CHILE	1.684.788	1.532.789	1.985.593	2.650.698	2.830.850
	ESTADOS UNIDOS	1.014.204	1.089.223	724.694	617.207	428.170
	PERU	2.146.382	792.319	880.554	2.020.774	3.844.448
MANUFACTURAS DE PIEDRA, YESO, CEMENTO, AMIANTO, MICA O MATERIAS ANALOGAS	BRASIL	11.048.087	10.549.166	12.592.404	12.710.748	9.616.475
	CHINA	3.180.935	3.689.805	4.376.757	4.980.425	3.964.795
	ARGENTINA	4.468.917	3.410.605	3.372.601	5.194.442	3.358.679
	ESTADOS UNIDOS	1.335.556	1.225.413	1.640.844	833.700	591.542
	PERU	674.894	1.087.601	1.549.375	1.163.597	873.070
	CHILE	83.447	177.489	890.690	981.277	524.557

		Año				
		2016	2017	2018	2019	2020
FUNDICION, HIERRO Y ACERO	BRASIL	180.528.832	186.812.296	199.406.789	150.572.828	116.136.962
	CHINA	100.095.610	123.976.176	117.945.253	123.997.039	86.615.942
	PERU	83.491.816	79.927.424	112.339.379	126.106.357	81.729.144
	ARGENTINA	15.319.963	10.320.851	28.127.412	51.361.356	22.001.190
	ESTADOS UNIDOS	3.111.028	1.974.890	796.827	905.589	269.577
	CHILE	605.101	710.713	324.612	1.109.101	404.771
MANUFACTURAS DE FUNDICION, DE HIERRO O DE ACERO	CHINA	87.287.580	91.731.783	112.399.235	123.260.150	78.805.787
	BRASIL	55.401.415	61.107.176	62.783.148	53.597.204	40.014.743
	PERU	24.096.438	30.041.550	28.415.920	27.713.657	18.044.572
	ARGENTINA	16.942.124	23.253.765	12.706.928	16.123.231	8.701.645
	ESTADOS UNIDOS	11.832.586	18.062.952	11.080.624	8.392.685	5.709.197
	CHILE	7.549.766	5.445.606	6.058.245	6.510.187	4.363.901
ALUMINIO Y MANUFACTURAS DE ALUMINIO	CHINA	39.789.720	33.250.124	33.014.164	52.370.005	41.740.500
	BRASIL	11.791.014	10.093.481	19.013.445	20.430.075	16.416.578
	ESTADOS UNIDOS	6.768.647	9.269.414	4.322.357	1.659.012	961.018
	CHILE	2.871.669	3.922.348	6.960.054	6.880.658	5.279.797
	ARGENTINA	2.617.750	2.500.201	2.519.470	2.552.680	1.968.327
	PERU	1.036.148	863.789	819.615	754.970	837.585
HERRAMIENTAS Y UTILES, ARTICULOS DE CUCHILLERIA Y CUBIERTOS DE MESA, DE METALES COMUNES; PARTES DE ESTOS ARTICULOS DE METALES COMUNES	BRASIL	21.056.556	20.669.304	19.851.226	17.897.684	13.464.725
	CHINA	12.877.648	15.815.281	17.115.746	17.539.551	12.118.288
	ESTADOS UNIDOS	4.341.821	4.121.379	7.049.181	6.834.873	3.347.517
	ARGENTINA	331.104	279.203	276.176	398.035	174.684
	PERU	127.516	143.095	170.426	192.349	143.155
	CHILE	299.697	97.411	92.757	72.165	290.332
MANUFACTURAS DIVERSAS DE METALES COMUNES	CHINA	12.103.945	13.839.716	15.447.227	16.192.154	12.254.646
	BRASIL	6.312.296	9.286.815	8.964.137	13.774.643	11.125.412
	PERU	6.861.399	7.425.222	8.233.027	7.525.072	6.384.273
	ARGENTINA	7.171.460	5.810.196	6.321.377	5.402.419	3.284.302
	ESTADOS UNIDOS	5.078.669	4.472.094	5.269.556	1.768.466	588.567
	CHILE	1.680.830	1.347.044	1.607.548	2.053.647	1.773.596
COBRE Y MANUFACTURAS DE COBRE	BRASIL	9.059.492	12.290.345	13.174.550	13.517.404	8.029.282
	PERU	1.817.265	1.017.204	655.351	815.555	4.144.791
	CHINA	740.475	914.637	942.810	812.704	889.112
	ARGENTINA	317.085	317.398	241.682	133.944	292.738
	ESTADOS UNIDOS	169.491	132.625	112.036	256.270	198.907
	CHILE	107.073	56.868	97.872	64.890	3.023
ZINC Y MANUFACTURAS DE ZINC	PERU	496.067	725.859	1.404.649	1.766.693	1.251.733
	ESTADOS UNIDOS	409.808	503.251	327.896	1.957	67.051
	BRASIL	181.936	189.316	324.811	174.327	143.587
	CHINA	68.245	83.521	98.726	82.329	120.973
	CHILE		7.954	6	506	
	ARGENTINA	827	991	28.743	69.727	20.063
ESTAÑO Y MANUFACTURAS DE ESTAÑO	BRASIL	50	483.918	269.095	213.340	114.291
	CHINA	37.634	36.586	29.287	84.822	61.225
	ESTADOS UNIDOS	4.273	2.338	7.152	5.921	1.320
PLOMO Y MANUFACTURAS DE PLOMO	BRASIL	59.800	97.846	87.111	48.454	56.967
	ARGENTINA	23.580	72.226	1.206	88.648	115.529
	PERU	58.763	38.136	3.684	117.671	22.107
	CHILE	4.478	34.588		46.151	
	CHINA	10.198	12.636	18.534	17.937	37.287
	ESTADOS UNIDOS	8.605	4.815	5.890	11.387	



V. INFRAES- TRUTURA DE TRANSPORTES

V. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

5.1 Infraestrutura interna

O desenvolvimento rodoviário da Bolívia é recente. A estrada Cochabamba-Santa Cruz foi a primeira a ser construída, em 1954. Essa interconexão entre o Leste e o Oeste permitiu o crescimento exponencial do departamento de Santa Cruz, de 46.000 habitantes, naquela época, para mais de 1,6 milhão na atualidade.

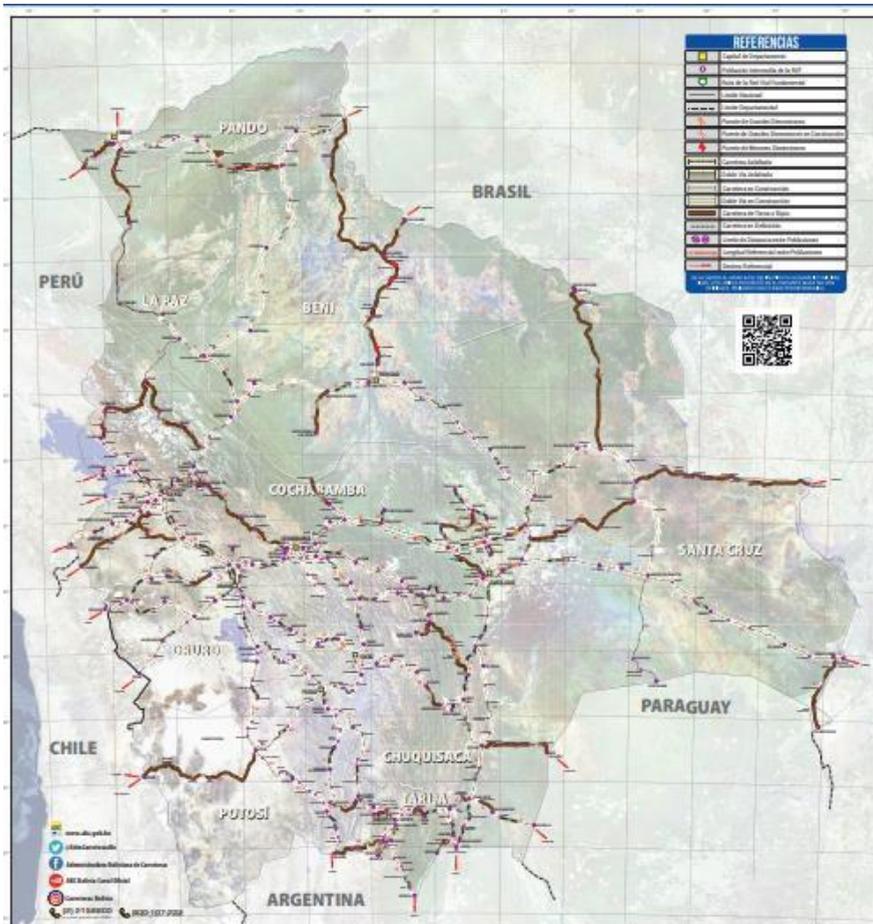
A construção da rede ferroviária da Bolívia começou associada à produção mineira, o que tornou necessária a construção de estradas de acesso aos portos dos países vizinhos, Chile e Peru, no início, e depois Argentina e Brasil. A rede altiplânica tinha o objetivo de conectar-se com os portos chilenos de Antofagasta e Arica e com o porto peruano de Matarani (neste caso, com a intermediação do transporte fluvial através do Lago Titicaca).

A rede oriental foi formada por meio de acordos com Argentina e Brasil, conectando-se através de Yacuiba e Villazón, no primeiro caso, e Quijarro e Córdoba, no segundo. A rede ativa atual tem 3.067 km de comprimento.

O sistema viário da Bolívia é classificado em três grupos de estradas; de acordo com sua importância e nível de serviço: as redes fundamental, complementar e a de vizinhança. Atualmente, a malha rodoviária boliviana tem uma extensão total de 81.343 km, 10% das quais são pavimentados, colocando a Bolívia entre os países da América Latina com a densidade de estradas e taxa de pavimentação mais baixas.

Isso afeta não só a competitividade internacional da Bolívia, por seu estado de conservação e sua posição de país mediterrâneo, mas também a conectividade interna para desenvolver os departamentos distantes das capitais, privados de acesso aos mercados.

BOLÍVIA, REDE VIÁRIA 2020



Fonte: Administradora Boliviana de Estradas (ABC)
O mapa pode ser visualizado no site do Secom La Paz.

A Bolívia conta com 80.877 km de estradas, das quais 6.378 km são pavimentadas (8%), 30.146 km são de cascalho (37%) e 44.363 km de terra (55%). Igualmente, o país definiu corredores de integração que vão de Leste a Oeste e de Norte a Sul, com a finalidade de integrar seu território e permitir a interligação viária e comercial com todos os países vizinhos.

O Corredor de Integração Leste-Oeste liga o Brasil com os portos chilenos de Arica e Iquique, por meio da estrada que começa em Porto Suarez, atravessa as cidades de Santa Cruz e Cochabamba, passa por Patacamaya até chegar a Tambo Quemado (fronteira com Chile), interligando-se com o porto de Arica. Por sua vez, este corredor tem dois ramais que permitem o acesso ao Porto de Iquique (ramal Oruro-Pisiga) e o ingresso em território brasileiro por Santa Cruz-San Matías.

O Corredor de Integração Norte-Sul liga a cidade de Trindade com a localidade de Yacuiba, na fronteira com a Argentina, através do ramal Boyuibe-Hito Villazón (fronteira com o Paraguai).

O Corredor de Integração Oeste-Norte conecta a Bolívia ao Peru e ao Brasil, através da estrada que se inicia em Desagüadero (fronteira com o Peru) e chega até a localidade de Guayaramerín (fronteira com o Brasil).

O Corredor de Integração Oeste-Sul liga a Bolívia ao Peru, Chile e Argentina. Este corredor também permite a ligação entre as cidades de Tarija, Sucre, Potosí e Oruro.

5.2 Principais meios de transporte

A extensão total das linhas ferroviárias do país é de 3.697 km, distribuídas em duas redes.

A rede Ocidental, com uma extensão de 2.276 km, contém três estações fronteiriças. A estação Villazón, no departamento de Potosí, faz a ligação com o sistema ferroviário da República Argentina, chegando até Buenos Aires. A Estação Charaña, no departamento de La Paz, oferece serviço internacional até a cidade de Arica, no Chile. A Estação Avaroa, no departamento de Potosí, faz a conexão do serviço internacional até a cidade de Antofagasta, no Chile.

A rede Oriental, cuja estação central está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, departamento de Santa Cruz, tem uma extensão de 1.421 km e é composta por duas estações fronteiriças. A de Corumbá é a ligação com a República Federativa do Brasil e chega até o Porto de Santos no Oceano Atlântico. Também serve de ligação com a estação de Puerto Quijarro, no departamento de Santa Cruz. A Estação Yacuiba, no departamento de Tarija,

faz conexão com a via ferroviária argentina, de Pocitos a Perico, onde se une à linha que chega até Buenos Aires.

Em virtude de a Bolívia ser um país mediterrâneo, a hidrovía Paraguai-Paraná constitui uma das vias de acesso ao Oceano Atlântico. O Porto Aguirre está localizado sobre o rio Paraguai, na fronteira existente entre a Bolívia, o Brasil e o Paraguai, facilitando o transporte de carga, especialmente o da soja.

O sistema hidrográfico Paraguai-Paraná tem uma extensão de 3.442 km, desde suas cabeceiras no Porto de Cáceres (interior do Estado de Mato Grosso) até o delta do Rio Paraná, na altura do porto uruguaio de Nova Palmira (foz do Rio Uruguai no Rio de La Plata). Este meio de transporte é muito importante para a Bolívia, já que é através dele que se exporta a maior quantidade de produtos da indústria de oleaginosas.

A superfície da área de influência direta da hidrovía é de aproximadamente 1.750.000 km², com uma população que excede os 17.000.000 de habitantes. A maior parte dessa área pertence à Argentina (650.000 km²). À Bolívia correspondem 370.000 km² (departamento de Santa Cruz e, parcialmente, os departamentos de Tarija e Chuquisaca).

Atualmente, a Bolívia conta com nove aeroportos com pistas de superfície permanente (asfaltadas), dos quais dois têm extensão superior a 3.659 metros. Os sete restantes têm pistas de aterrissagem de 2.440 a 3.659 metros:

- La Paz: Aeroporto Internacional de “El Alto” (internacional)
- Santa Cruz: Aeroporto “Viru-Viru” (internacional)
- Santa Cruz: Aeroporto “El Trompillo”
- Cochabamba: Aeroporto “Jorge Wilstermann” (internacional)
- Sucre: Aeroporto “Juana Azurduy de Padilla”
- Potosí: Aeroporto “Capitán Nicolás Rojas”
- Trinidad: Aeroporto “Jorge Henry”
- Tarija: Aeroporto “Oriol Lea Plaza”
- San Borja: Aeroporto “Capitán Germán Quiroga Guardia”
- Uyuni: Aeroporto Internacional La Joya Andina
- Aeroporto de Rurrenabaque

146 pistas de aterrissagem são semipermanentes (cascalho e/ou terra), com extensão que varia entre 1.220 e 2.439 metros. Aproximadamente 500 pistas estão distribuídas pelo país, as quais nem sempre são utilizáveis durante o ano todo, com extensão inferior a 1.220 metros.

VI. ACESSO AO MERCADO

VI. ACESSO AO MERCADO

6.1 Sistema tarifário

A Comunidade Andina de Nações (CAN) baseia-se no Sistema Harmonizado de Indicação e Codificação de Mercadorias. Seu código numérico tem uma extensão de oito dígitos. Na Bolívia, são utilizados dois dígitos adicionais para classificar as mercadorias em nível nacional.

Os direitos tarifários agrupam-se em alíquotas do Gravame Tarifário (GA), a partir do Decreto Supremo 29349 de 2007, com tarifas de 0%, 5%, 10%, 15% e, desde o ano de 2009, 35%, de acordo com o Decreto Supremo 135.

O regime de importações estabelece algumas restrições para a importação de determinados bens, tais como as substâncias controladas (químicos, precursores e outros). Essas importações requerem autorização da unidade encarregada do controle de tráfico de substâncias perigosas. As importações de munições, explosivos e produtos similares requerem autorização do Ministério de Defesa.

O pagamento do Gravame Tarifário é realizado sobre o valor CIF Fronteira quando o meio de transporte utilizado para entrar no país é terrestre e sobre o Valor CIF Aduana, quando o meio de transporte é aéreo; neste caso, somente serão considerados 25% para despesas por frete.

Na ausência de documento que respalde o custo do transporte, serão considerados 5% do valor FOB para a base tributável, e quando o transporte for realizado sem seguro, serão considerados 2% do valor FOB da mercadoria.

6.2 Regime da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

Os principais acordos preferenciais ou vantagens especiais consistem, comumente, em aceitar bens a taxas tarifárias inferiores às que são impostas às importações procedentes de outros países fornecedoras. Os acordos assinados pela Bolívia com os países membros da Associação Latino-

americana de Integração (ALADI), no amparo do Tratado de Montevidéu (1980), dividem-se em três grupos:

- Preferência tarifária regional;
- Acordos de alcance regional; e
- Acordos de alcance parcial.

Preferência Tarifária Regional

AR.PAR Nº 4, assinado conjuntamente por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Estabelece em 5% a taxa básica da Preferência Tarifária Regional (PAR). De acordo com o Segundo Protocolo Adicional, aprofunda para 20% a PAR e diminui a lista de exceções.

Acordos de alcance regional

AR.AM Nº 1 (Acordos Regionais - Abertura de Mercados Nº 1), aprova as listas de produtos para os quais os países membros concedem, sem reciprocidade, a eliminação total de gravames e outras restrições, quando sejam originários da Bolívia.

AR.AM Nº 2 (Acordos Regionais - Abertura de Mercados Nº 2), aprova as listas de produtos para os quais os países membros concedem, sem reciprocidade, a eliminação total de gravames e outras restrições, quando sejam originários do Equador.

AR.AM Nº 3 (Acordos Regionais - Abertura de Mercados Nº 3), aprova as listas de produtos para os quais os países membros concedem, sem reciprocidade, a eliminação total de gravames e outras restrições, quando sejam originários do Paraguai.

Acordos de alcance parcial Complementação Econômica

AAP.CE Nº 22 (Acordos de Alcance Parcial - Complementação Econômica Nº 22), acordo entre Bolívia e Chile.

AAP.CE Nº 36 (Acordos de Alcance Parcial - Complementação Econômica Nº 36), acordo entre Bolívia e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

AAP.CE Nº 47 (Acordos de Alcance Parcial - Complementação Econômica Nº 47), acordo entre Bolívia e Cuba.

AAP.CE Nº 56 (Acordos de Alcance Parcial - Complementação Econômica Nº 22), acordo entre a CAN (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e o MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

AAP.CE Nº 66 (Acordos de Alcance Parcial - Complementação Econômica Nº 66), acordo entre Bolívia e México.

6.3 Outros impostos e taxas de importação

As importações estão sujeitas ao pagamento dos seguintes impostos internos:

- ✓ Imposto sobre Valor Agregado (IVA)
- ✓ Imposto sobre Consumo Específico (ICE)
- ✓ Imposto Especial sobre Hidrocarbonetos e seus Derivados (IEHD)

Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) grava as importações definitivas que deverão pagar o tributo no momento do despacho aduaneiro, com a alíquota geral única de 13% (14,94% taxa nominal sobre a base tributável).

A base tributável para as importações será dada pelo valor CIF Aduana, estabelecido pela quitação ou, dependendo do caso, pela nova quitação aceita pela respectiva aduana, mais o valor dos direitos e encargos aduaneiros.

Imposto sobre Consumo Específico (ICE)

O pagamento desse imposto é realizado apenas para uma lista de produtos, de acordo com o estabelecido pela Lei 2152 de 23 de novembro de 2000, Títulos IV e VI e a lista de produtos com sua classificação tarifária estabelecida pelo Decreto Supremo Nº 26020 de 2000, sendo os principais produtos dentro desse quadro regulatório, cigarros, veículos, gasolina especial e bebidas alcoólicas.

O Imposto sobre Consumo Específico (ICE) grava as vendas no mercado interno e as importações definitivas, com dois tipos de alíquotas:

- ✓ Produtos gravados com taxas percentuais sobre seu preço; e
- ✓ Produtos gravados com taxas específicas por unidade de medida.

Imposto Especial sobre Hidrocarbonetos e seus Derivados (IEHD)

O objeto deste imposto é a comercialização no mercado interno de hidrocarbonetos e seus derivados, sejam eles produzidos internamente ou importados. As mercadorias gravadas são a gasolina, em suas qualidades Premium e especial; gasolina de aviação; gásóleo ou diesel; jet fuel; fuel oil; outros óleos lubrificantes (automotores e industrial); e graxas lubrificantes.

O imposto aplica-se com taxas específicas expressas em Bs/L para os combustíveis líquidos e em Bs/Kg para as graxas lubrificantes.

Isenção tributária

Aplica-se a isenção do pagamento de gravames tarifários e de impostos internos das importações realizadas em virtude de Tratados ou Acordos Internacionais ou Acordos de Integração Econômica, pelos membros do Corpo Diplomático e Consular ou pelos representantes de Órgãos Internacionais devidamente acreditados no país; por órgãos de assistência técnica devidamente acreditados; importação de mercadorias doadas a entidades públicas e a importação de mercadorias doadas a organismos privados sem fins lucrativos autorizadas pelo Ministério da Economia e Finanças Públicas.

6.4 Regulamentação

A partir de 1985, estabeleceram-se a livre importação e exportação, tanto de bens quanto de serviços, e aplicam-se uma política tarifária de caráter uniforme e um sistema tributário geral. No entanto, a partir de 2007 foram acrescentados diferentes decretos para diversificar os valores das importações.

Incentivo às importações

A Bolívia não concede nenhum incentivo às importações.

Licenciamento

As mercadorias que gozam de licenças automáticas de importação são a carne bovina, produtos avícolas, arroz, óleos, açúcares, pastas alimentícias, bolachas, doces, sopas e os vinhos que constam detalhados no Anexo I do Decreto Supremo Nº 26328, de 2001.

A Licença Prévia Automática de Importação é aplicada por um período de dois anos e revisado a cada seis meses.

Importações sujeitas a autorização governamental

Os produtos a seguir estão sujeitos à emissão de prévia autorização governamental para importação:

- Títulos de ações ou obrigações importadas exclusivamente por entidades para uso próprio. Autorização prévia de importação emitida pelo Ministério da Fazenda.
- Aeronaves, helicópteros, aviões. Autorização prévia de importação emitida pelo Ministério de Desenvolvimento Econômico.
- Livros de leitura para ensino fundamental. Autorização prévia de importação emitida pelo Ministério da Educação.
- Aparelhos emissores e receptores para serviço de rádio difusão ou para televisão social; aparelhos de rádio detecção e rádio sondagem (radares) dos Registros Nº 8.525 e 8.526 da Tarifa de Importações. Autorização prévia de importação emitida pela Superintendência de Telecomunicações.
- Armas e explosivos. Armas, munições e material bélico; pólvora e explosivos preparados, incluídos nos Registros Nº 3601 a 3604 da Tarifa de Importações. Autorização prévia de importação emitida pelo Ministério de Defesa.
- Moedas e notas, máquinas e aparelhos para cunhar moedas, selos de correio (estampilhas), formulários para valores fiscais. Autorização prévia de

importação emitida pelo Ministério da Fazenda por meio de um Decreto Supremo.

- Carburantes e lubrificantes e outros produtos derivados do petróleo. Autorização prévia de importação emitida pela Superintendência de Hidrocarbonetos.
- Espécies aquáticas vivas exóticas. Autorização prévia do Ministério de Assuntos Camponeses e Agropecuários.

Importações reservadas para o Governo da Bolívia

Os produtos a seguir estão sujeitos à importação exclusiva a cargo de um órgão estatal: armas de guerra e suas peças, projéteis, munições e mísseis dos registros 9301.00.00.00 e dos sub-registros 9305.90.10.00 e 9306.90.11.00. A importação será realizada somente por meio do Ministério da Defesa.

Importações proibidas

É proibida a importação dos seguintes produtos:

- Bilhetes de loteria estrangeira, imitações de moedas e material monetário, selos de correio ou outros valores fiscais (exceto os catálogos numismáticos e filatéticos de qualquer natureza).
- Veículos automotivos do registro 8.703, que não tenham o volante de direção fabricado originalmente à esquerda e cuja data de fabricação seja superior a cinco anos.
- Veículos automotivos incluídos nos registros 8.702 e 8.704, cuja data de fabricação seja superior a sete anos.

Medidas “antidumping” e direitos compensatórios

A normativa antidumping e de práticas desleais é regulamentada no Decreto Supremo Nº 23308, de 22 de outubro de 1992. O seu objetivo é assegurar as condições de equidade para os produtores nacionais e a eficiência econômica.

Considera-se que uma importação é feita ao preço de dumping quando seu preço de exportação é menor que o valor normal de um produto similar destinado ao consumo ou utilização no país de origem ou de exportação, em operações comerciais normais.

Produto similar é um artigo idêntico em todos os aspectos ao produto objeto da prática ou, quando não exista esse produto, outro que tenha características muito similares, levando em consideração elementos tais como sua natureza, qualidade, uso e função.

Preço de exportação é o valor efetivamente pago ou a pagar pelo produto vendido para sua exportação para a Bolívia.

Valor normal de um produto é aquele valor efetivamente pago ou a pagar por um produto similar ao importado para o país, quando é vendido para seu consumo ou utilização no país de origem, em operações comerciais normais. Serão consideradas operações comerciais normais aquelas realizadas entre partes associadas ou que tenham acertado entre si um acordo compensatório, sempre que os preços e custos sejam comparáveis às operações realizadas entre partes independentes.

Uma importação foi subsidiada quando a produção, fabricação, transporte ou exportação do bem importado ou de suas matérias primas ou insumos receberam, direta ou indiretamente, qualquer promissória, ajuda, preço ou subvenção no país de origem ou de exportação. O mesmo ocorre quando os produtos subvencionados ou subsidiados são comercializados no mercado internacional provocando distorção de preços no que se refere aos custos de produção e impondo preços internacionais que afetam a exportação de outros países.

Nos casos de dumping, serão aplicados direitos antidumping às importações objeto da prática. Os direitos antidumping serão equivalentes à margem de dumping determinada ou inferiores a ela, quando sejam suficientes para solucionar o prejuízo ou ameaça de prejuízo que se tenham comprovado.

Nos casos de subsídios, serão aplicados os direitos compensatórios às importações objeto da prática, equivalentes ao valor do subsídio ou inferiores a ele, quando sejam suficientes para solucionar o prejuízo ou ameaça de prejuízo que se tenham comprovado.

Normas técnicas e normas de qualidade

O Sistema Boliviano de Normalização, Metrologia, Aprovação e Certificação “Sistema NMAC” tem como objeto estabelecer diretrizes operacionais para todos os aspectos relacionados à qualidade dos produtos, processos e serviços.

O Vice-Ministério da Indústria, Comércio e Exportações, subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Econômico, é o órgão encarregado de coordenar e registrar, por meio da Direção Geral de Desenvolvimento Industrial, a emissão de regulamentos técnicos de produtos, processos e serviços.

Os produtos ou serviços submetidos a um regulamento técnico devem cumprir as disposições desses regulamentos, independentemente de serem produzidos na Bolívia ou importados. Quando não exista um regulamento técnico nacional, deverão cumprir as disposições do regulamento técnico do país de origem.

Os fabricantes ou importadores e os prestadores de serviços devem demonstrar, previamente à comercialização de um bem e à prestação de um serviço, o cumprimento do regulamento técnico correspondente, por meio do certificado de conformidade emitido pelo Órgão de Certificação acreditado no Sistema NMAC. Esses certificados deverão ser entregues pelo fabricante, prestador ou importador ao comprador ou distribuidor.

Os produtos a seguir estão sujeitos ao cumprimento de requisitos de caráter técnico e/ou de qualidade:

- Recipientes de fundição de ferro ou aço para gases comprimidos ou liquefeitos de petróleo. Certificado de qualidade outorgado pelo Instituto Boliviano de Normalização e Qualidade (IBNORCA) e certificado de qualidade emitido no país de origem. A não apresentação dos certificados impedirá o despacho aduaneiro.
- Instrumentos de medição. Certificado de aprovação de modelo e verificação inicial emitido pela instituição de metrologia oficial do país de origem.
- Sementes. Deverão cumprir os requisitos mínimos de qualidade (pureza genética, pureza física, sanitários e germinação).

-Carburantes e lubrificantes. Certificado de qualidade outorgado pelo fabricante, homologado por um órgão de certificação reconhecido pelo país de origem e pelo IBNORCA, que indique explicitamente que o produto cumpre os requisitos de qualidade estabelecidos na norma.

-Produtos alimentícios pré-embalados. Deverão cumprir as especificações da Norma Boliviana - NB 314 001 de "Etiquetado dos Alimentos Pré-embalados", adotada pelo Instituto Boliviano de Normalização e Qualidade (IBNORCA).

Regulamentações de caráter sanitário

A seguir são detalhados os produtos sujeitos a emissão de autorização prévia:

- Entorpecentes, psicotrópicos, alcaloides em geral e seus derivados farmacêuticos, somente para estabelecimentos autorizados e nas condições previstas na Lei Nº 1008. Produtos químicos e substâncias controladas sujeitas à Lei 1008 e ao Regime da Coca e Substâncias Controladas. Autorização de importação emitida pelo Ministério da Saúde e Previdência Social ou pelo Ministério do Governo, segundo o tipo de produto.

- Produtos da pesca e seus derivados. Espécies vivas exóticas requerem a autorização prévia do Ministério de Assuntos do Campo e Agropecuários.

- Produtos de origem vegetal. Licença Fitossanitária e/ou de Inocuidade Alimentícia, emitida pelo Serviço Nacional Sanitário, Agropecuário e Inocuidade Alimentícia (SENASAG). A validade da licença será estabelecida por esse órgão, segundo o caso para cada produto específico a importar, o seu uso aplicar-se-á apenas a um embarque.

- Animais, produtos de origem animal e produtos de uso veterinário. Licença Zoonosológica e/ou de Inocuidade Alimentar emitida pelo SENASAG. A validade da licença será estabelecida pelo SENASAG, segundo o caso, para cada produto específico e seu uso será aplicado apenas para um embarque.

-Produtos alimentícios e bebidas. Licença de Inocuidade Alimentícia emitida pelo SENASAG. A validade da licença será estabelecida pelo SENASAG, segundo o caso, para cada produto específico, e seu uso será aplicado apenas para um embarque.

-Fertilizantes e produtos afins. Licença sanitária emitida pelo SENASAG. A validade da licença será estabelecida pelo SENASAG, segundo o caso, para cada produto específico, e seu uso será aplicado apenas para um embarque.

-Animais e produtos de origem animal, suscetíveis a Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis. Licença Zoonosológica emitida pelo SENASAG.

É proibida a importação dos seguintes produtos:

- Animais vivos afetados por doenças;
- Produtos vegetais que contenham germes ou parasitas prejudiciais;
- Entorpecentes contidos na IV Convenção Única de Nova Iorque sobre Entorpecentes do ano 1961 e psicotrópicos contidos na lista I da Convenção de Viena de 1971, com exceção das quantidades estritamente necessárias para a pesquisa médica e científica, que deverão ser autorizadas e controladas pelo Ministério da Saúde;
- Peças velhas, tais como roupa íntima, de cama e de banho; sapatos, trapos, cordas, cordões e cordas de matérias têxteis;
- Animais, produtos e subprodutos e/ou derivados de bovinos, ovinos e caprinos, mencionados no Anexo 1 da Resolução Ministerial Nº 017 de 2001; alimentos e suplementos para a alimentação de ruminantes e mascotes provenientes de Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Ilhas Malvinas, Itália, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Omã, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, República da Áustria, Rússia e Suécia.

Os produtos sujeitos a inscrição em um registro, apresentação de um certificado sanitário ou outros requisitos destinados a proteger a saúde humana, a higiene animal ou para preservar a higiene vegetal são os seguintes:

- Ovos para a produção de vacinas (livres de patógenos específicos). Certificado Sanitário emitido pela autoridade competente do país de origem. Certificado de verificação emitido pela Secretaria Nacional da Saúde.

- Bebidas e líquidos alcoólicos. Certificado Sanitário (bromatológico, toxicológico, microbiológico e/ou radiológico) emitido pelo órgão competente do país de origem e certificado outorgado pelo Ministério da Saúde, que comprove a inocuidade para o consumo humano. A falta de apresentação dos certificados impedirá o despacho aduaneiro.
- Produtos vitivinícolas. Certificados que acreditem sua genuinidade e aptidão para o consumo, emitidos por órgãos autorizados no país de origem. Os produtos importados deverão cumprir todos os requisitos exigíveis para a produção nacional, incluídos os de carácter tributário para circulação e venda.
- Medicamentos de uso humano, medicamentos especiais, biológicos, vacinas, hemoderivados, produtos homeopáticos e produtos medicinais naturais. Registro Sanitário no Ministério da Saúde e autorização para o despacho aduaneiro. A falta de apresentação dos certificados impedirá o despacho aduaneiro.
- Produtos cosméticos, perfumaria e higiene pessoal.

Controle da autoridade de saúde

- Artigos de peças usadas. Certificado sanitário outorgado pela Autoridade Pública competente do país de origem ou por um órgão autorizado, de acordo com a legislação vigente nesse país, que indique os procedimentos sanitários e de fumigação a que foi submetida à mercadoria previamente ao embarque. Certificado sanitário de destino outorgado pela Secretaria Nacional de Saúde. Igualmente, será requisito indispensável a inscrição dos importadores no mencionado órgão para a importação destes produtos.
- Produtos lácteos, carnes, preparados de carnes e pescados. Certificado sanitário oficial emitido no país de origem.
- Produtos alimentícios. Certificado Sanitário (bromatológico, toxicológico, microbiológico e/ou radiológico) outorgado pelo Ministério da Saúde que acredite sua adequação para o consumo humano. Certificado Sanitário emitido pelo órgão competente do país de origem e certificado outorgado pelo Ministério da Saúde, que comprove a inocuidade para o consumo humano. A falta de apresentação dos certificados impedirá o despacho aduaneiro.

- Animais vivos. Certificado zoosanitário emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Igualmente, os produtos deverão apresentar certificado zoosanitário, emitido pela autoridade competente do país de origem.

- Produtos agropecuários e agroindustriais. Certificados fitossanitários e zoosanitários emitidos pelas autoridades nacionais competentes. Para obtenção dos certificados nacionais, são requeridas as respectivas certificações sanitárias outorgadas pelas autoridades competentes do país de origem.

- Plantas vivas e produtos para a floricultura e fruticultura. Certificado fitossanitário emitido pelo Ministério de Agricultura e Pecuária e certificado fitossanitário emitido pelo órgão competente no país de origem.

- Sementes ou frutos para semeadura. Certificado fitossanitário emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e certificado fitossanitário emitido pelo órgão competente no país de origem.

- Matérias corantes ou sintéticas para bebidas e produtos alimentícios. Certificado de comprovação de sua adequação para o consumo humano, por meio de análise do Laboratório Fiscal de Aduana no momento do despacho.

- Produtos alimentícios pré-embalados. Certificado de inocuidade alimentícia de importação (Licença de Inocuidade Alimentícia de Importação) outorgada pelo Instituto Boliviano de Normalização e Qualidade (IBNORCA).

- Aves, produtos e subprodutos avícolas. Certificado zoosanitário emitido pela autoridade Sanitária Animal do país exportador, no qual deverá constar o cumprimento dos requisitos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Bolívia.

Embalagem e rotulagem

As regulamentações específicas estabelecem os requisitos que deverão cumprir os rótulos e/ou embalagens dos seguintes produtos:

- Produtos alimentícios;
- Produtos embalados e não embalados; e
- Vinhos, álcoois vînicos e outros produtos finais.

6.5 Documentação e formalidades

Embarque no Brasil

Para a exportação de mercadorias do Brasil para a Bolívia, é imprescindível a apresentação dos seguintes documentos gerais:

Fatura Comercial

É um documento privado que o vendedor de uma mercadoria emite para o seu comprador e deve conter:

- Nome e endereço do exportador;
- Nome e endereço do importador;
- Número, classe e sinais dos pacotes e sua ordem numérica;
- Descrição exata do produto;
- Quantidade de mercadoria;
- Preço acordado para a mercadoria (incluindo unidade de moeda, custo total; custos de envio e de seguro); e
- Termos de entrega e forma de pagamento.

Conhecimento de Embarque (Contrato de Frete)

Emitido pela companhia de transporte marítimo e firmado pelo capitão do navio que acredita o embarque, com data, porto de origem e destino, quantidade e condições da mercadoria recebida a bordo. Constitui um título de propriedade para o consignatário e o habilita a solicitar a entrega das mercadorias no ponto de destino. Quando o transporte é aéreo, o documento denomina-se Guia Aérea (Air Waybill). Quando o transporte é terrestre ou marítimo, denomina-se Carta de Porte ou Conhecimento de Embarque.

Certificado de Origem

Que acredite a procedência e a origem das mercadorias.

Apólice de seguro de transporte

O importador boliviano precisara apresentar uma cópia às autoridades

6.6 Desembaraço alfandegário na Bolívia

Para o desembaraço das mercadorias, o importador pode contratar os serviços de um despachante aduaneiro, como representante e responsável pela apresentação da seguinte documentação perante as autoridades aduaneiras na Bolívia:

- Fatura comercial original;
- Conhecimento de embarque;
- Documento de gastos portuários;
- Cópia da apólice de transporte;
- Fatura de gastos de transporte da mercadoria, emitida pelo transportador consignado na declaração internacional de carga;
- Lista de embalagem;
- Certificado de Origem da mercadoria;
- Certificados e/ou autorizações prévias; e
- Outros documentos imprescindíveis de acordo com o regime aduaneiro que se solicita.

Regimes especiais

Trânsito Aduaneiro Internacional. É o regime que permite o transporte de mercadorias com controle aduaneiro desde uma Aduana de Partida até uma Aduana de Destino em uma mesma operação, no decorrer do qual sejam cruzadas uma ou mais fronteiras internacionais.

Trânsito Aduaneiro Nacional. É o transporte de mercadorias dos depósitos de uma aduana interna para outra aduana interna, dentro do território nacional, com o controle e autorização aduaneira.

As mercadorias transportadas em Regime de Trânsito Aduaneiro Internacional poderão circular no território aduaneiro, com suspensão de pagamento dos tributos aduaneiros de importação ou exportação.

Para efeitos de controle aduaneiro, a aduana de partida ou a aduana de passagem pela fronteira marcará a rota que o transportador deverá seguir em cada operação de Trânsito Aduaneiro Internacional pelo território nacional.

Trasbordo. É o regime aduaneiro em que são deslocadas, com controle de uma mesma administração aduaneira, mercadorias de um meio de transporte para outro ou para o mesmo, incluindo sua descarga em terra, com objetivo de que continue até o seu lugar de destino. O transbordo pode ser:

-Direto, quando se realiza sem introduzir as mercadorias em um depósito aduaneiro ou em uma zona franca. Neste caso, o transportador deverá solicitar a autorização de trasbordo à administração aduaneira mais próxima, para o registro da declaração internacional de carga.

-Indireto, quando se realiza em depósito aduaneiro ou zona franca.

Depósito de Aduana. É o regime aduaneiro que permite que as mercadorias importadas sejam armazenadas no controle da administração aduaneira, em lugares designados, sem o pagamento dos tributos aduaneiros. Existem as seguintes modalidades de depósitos aduaneiros:

- Depósito Temporário: Quando as mercadorias podem permanecer pelo prazo máximo de sessenta dias.

- Depósito de Aduana: Quando as mercadorias foram destinadas desde o país de origem ou transferidas de um depósito temporário, para que permaneçam por um prazo máximo de dois anos.

-Depósito Transitório: Refere-se ao depósito autorizado pela administração aduaneira, prévia garantia, para o armazenamento de mercadorias pelo prazo máximo de sessenta dias.

-Depósitos Especiais: Depósitos autorizados pela administração aduaneira, para o armazenamento de mercadorias perigosas, pelo prazo máximo de sessenta dias.

Drawback. É o regime aduaneiro que, em caso de exportação de mercadorias, permite obter a restituição total ou parcial do gravame tarifário para importação de mercadorias utilizadas ou consumidas na atividade exportadora. Para a devolução do gravame tarifário, a Bolívia utiliza porcentagens sobre o valor FOB.

Admissão temporária com reexportação no mesmo estado. É o regime aduaneiro que permite receber em território aduaneiro nacional, com suspensão do pagamento de tributos aduaneiros de importação, mercadorias

determinadas e destinadas à reexportação, dentro de um prazo estabelecido, sem ter experimentado nenhuma modificação (com exceção da depreciação normal das mercadorias).

Mediante autorização da administração aduaneira, podem ser objeto desse regime as mercadorias que se detalham a seguir:

-Amostras com valor comercial, planos e maquetes para exibição em feiras ou exposições autorizadas pela autoridade competente;

-Veículos, aparelhos, máquinas, instrumentos musicais, vestuário, animais vivos, decorações e outros destinados à realização de espetáculos teatrais, circenses e outros de recreação pública;

-Equipamentos e acessórios para a reparação de máquinas;

-Equipamentos, aparelhos e materiais para conferências e exposições;

-Máquinas, aparelhos, instrumentos e material para uso em expedições e eventos científicos; e

-Equipamentos, instrumentos, animais e materiais de campanha para pesca, para o turismo e competições esportivas.

Admissão temporária com aperfeiçoamento ativo. É o regime aduaneiro que permite receber algumas mercadorias dentro do território aduaneiro nacional, com suspensão do pagamento dos tributos aduaneiros, destinadas à reexportação em um período de tempo determinado, logo depois de terem sido submetidas a uma transformação, elaboração ou reparo.

Nesse regime, são admitidas matérias-primas e bens intermediários, excluídos os bens de capital, suas peças de reposição, ferramentas, combustíveis, hidrocarbonetos, lubrificantes e energia elétrica.

O prazo concedido pela administração aduaneira para a permanência das mercadorias no mencionado regime é, no máximo, de 18 dias, a serem contados a partir da data de aceitação da declaração da mercadoria. A administração aduaneira pode, a pedido do interessado, outorgar uma prorrogação de 18 dias desse prazo.

Para cada operação, deve ser apresentada uma garantia em favor da Aduana Nacional, pelo equivalente a 100% dos tributos aduaneiros de importação suspensos e pelo prazo concedido para cada operação, por meio de recibo de garantia bancária, seguro fiança ou declaração juramentada de quitação e pagamento. As garantias serão pagas depois de comprovada a reexportação das mercadorias elaboradas, cobrindo a totalidade da matéria-prima e bens intermediários admitidos temporariamente.

VII. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

VII. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

7.1 Canais de distribuição

O sistema de distribuição encontra-se principalmente nas cidades de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba. No entanto, Oruro e Tarija também podem ser considerados centros importantes para as mercadorias que ingressam a partir dos portos de Arica e Iquique, no caso de Oruro, e as de origem argentina, no caso de Tarija.

Além dos habituais canais de distribuição internacionalmente conhecidos, existem grandes atacadistas-importadores que se encarregam de distribuir aos varejistas. A via de acesso ao mercado boliviano é feita por meio do contato e negociação direta com o importador do produto. É importante assinalar que entre 65 e 80% do comércio são informais, muitas vezes na forma de contrabando.

Dependendo do tipo de produto, há diferentes canais de comercialização para os produtos importados. Em geral, os bens de consumo duráveis e não duráveis são comercializados por meio de vendedores atacadistas e varejistas. Os comerciantes varejistas realizam as vendas de produtos em mercados, feiras, lojas de bairro, supermercados ou de vendedores ambulantes.

As matérias-primas e os produtos intermediários são comercializados geralmente por lojas especializadas que, dependendo da demanda, podem dividir-se em lojas atacadistas e varejistas. Para o caso dos materiais de construção, existem importadores atacadistas que possuem lojas de varejo nas cidades mais importantes da Bolívia.

Os bens de capital são comercializados por representantes de cada uma das marcas e indústrias internacionais. No caso de maquinária industrial e agricultura, existem zonas específicas de venda em cada cidade principal. Do mesmo modo, o equipamento de transporte é comercializado por intermédio de distribuidores exclusivos, que trabalham com comissões sobre vendas.

Compras governamentais

No âmbito do setor público, os diversos organismos governamentais bolivianos - ministérios, empresas públicas, governações, municípios - divulgam licitações públicas para fornecimento de bens e serviços. Cada entidade disponibiliza informações sobre processos de aquisições, chamadas a licitações e requisitos para inscrição de fornecedores. No portal de licitações públicas da Bolívia, "SICOES" (www.sicoes.gob.bo), é possível consultar oportunidades de licitações públicas.

7.2 Promoção de vendas

A posição privilegiada ocupada pelo Brasil no mercado boliviano decorre principalmente da percepção de qualidade dos serviços e dos produtos manufaturados produzidos no país, a qual, junto com a proximidade geográfica, costuma ser apontada pelos importadores como diferencial.

Uma promoção eficaz em nível nacional, no caso de bens de capital ou de consumo duráveis, é condição quase indispensável para competir com os produtos similares oferecidos pelos demais fornecedores no mercado local.

Feiras e exposições

A participação em feiras é um meio eficaz de promover novos produtos e de consolidar os que já são comercializados no mercado local.

Em virtude do caráter oficial das mostras, as mercadorias nelas exibidas ingressam no país sob o regime especial de admissão temporária, com exceção das amostras sem valor comercial, que podem ser entregues aos potenciais interessados. As principais feiras na Bolívia são internacionais e multissetoriais: EXPOCRUZ (Santa Cruz), FEICOBOL-FIC (Cochabamba) e FIPAZ (La Paz).

Veículos publicitários

As principais redes de televisão aberta da Bolívia são Bolivisión, Unitel e Red Uno⁴⁰. Os jornais de maior circulação, especialmente nos domingos, são, La Razón, Pagina Siete e El Diario, em La Paz; El Deber e Nuevo Día, em Santa Cruz; Los Tiempos e Opinión, em Cochabamba.

Redes sociais e plataformas digitais

As redes sociais mais utilizadas pelos bolivianos são, em ordem de frequência de acesso, WhatsApp, YouTube, Facebook, TikTok, Instagram, Twitter e LinkedIn. As campanhas digitais têm-se tornado a principal ferramenta de marketing e promoção utilizada pelas empresas na Bolívia.

A contratação de criadores de conteúdo e influenciadores digitais para a promoção de bens e serviço é tendência, embora ainda não seja tão disseminado como no Brasil.

Consultoria de marketing

Existem no país empresas de consultoria de marketing com capacidade para fazer levantamentos aprofundados de mercado ou de viabilidade econômica.

Assessoramento jurídico

Recomenda-se que os empresários brasileiros que desejam associar-se a firmas ou a cidadãos bolivianos, com vistas a iniciar novos empreendimentos no mercado local, procurem assessoria de advogados locais competentes, com especialidade em assuntos comerciais e capacidade de indicar os procedimentos mais expeditos e econômicos para o estabelecimento da empresa.

⁴⁰ As outras são, ATB, RTP, Cadena A e PAT.

7.3 Práticas comerciais

O espanhol é o idioma utilizado nas negociações com empresas bolivianas, podendo ser usados, excepcionalmente, o português e o inglês. Apesar da proximidade entre os idiomas português e espanhol, há marcantes diferenças quanto a termos técnicos.

Contratos

Em geral, as condições dos contratos de compra estabelecidos pelas empresas públicas ou privadas bolivianas com o exterior não diferem muito entre si, apresentando variações quando se trata de licitações, sobre as quais incidem certas exigências adicionais de garantias, seguros, prazos de entrega, qualidade, experiência do fornecedor, etc.

No caso de operações rotineiras, o exportador deve remeter uma fatura pro-forma ou cotação de preços ao importador boliviano interessado, no intuito de estabelecer claramente as condições de fornecimento.

A informação contida na fatura pro-forma deve ser a mais completa possível. Como exemplo, mencionam-se abaixo alguns itens que devem estar claramente indicados naquele documento:

- nome e endereço do consignatário;
- nome e endereço completo do exportador;
- marca, qualidade e descrição minuciosa das mercadorias;
- valores unitários e seu total, em dólares;
- país de origem e procedência;
- valor total segundo o incoterm preferido pelo comprador, em dólares;
- valores aproximados do frete e do seguro, em dólares;
- prazo de entrega da mercadoria;
- porto e via de embarque;
- no caso de licitações abertas por empresas estatais, indicação do peso e volume da mercadoria;
- comissão do agente ou representante, se houver, a ser incluída de preferência no valor incoterm;
- forma de pagamento; e
- prazo de validade da oferta.

Em muitos casos, as faturas pro-forma emitidas pelas firmas brasileiras deixam de indicar a forma de pagamento, data de entrega, meio de transporte, local de embarque, prazo de validade de oferta, etc. Embora muitos exportadores brasileiros tenham representantes ou agentes na Bolívia que podem preencher tais lacunas, é importante apresentar, como norma, a informação completa desde o início.

No momento do embarque das mercadorias, a fatura deverá ser preenchida com os valores em dólares norte-americanos, assim sendo, não se aceitam documentos com valores em reais. Esse tipo frequente de mal-entendido faz com que os documentos sejam devolvidos para correção, arcando ambas as partes com o conseqüente prejuízo.

O exportador brasileiro deverá remeter ao banco boliviano escolhido pelo importador a fatura original e três cópias do conhecimento de embarque, o certificado de seguro (quando contratado no Brasil) indicando o valor da prima pago, o certificado de origem e outros documentos eventualmente necessários.

Recomenda-se enviar ao importador boliviano duas cópias de cada um dos documentos entregues ao banco, a fim de que esse se encontre completamente informado da data de embarque e meio de transporte, e possa preparar a documentação para a liberação das mercadorias. Cabe observar que a liberação efetuada fora do prazo está sujeita a multas, juros e cobrança de armazenagem por parte Aduana Nacional da Bolívia.

Forma de pagamento

Existe ampla liberdade quanto à forma de pagamento; uma das mais utilizadas na Bolívia é a carta de crédito irrevogável. Recomenda-se que as primeiras transações comerciais com cliente desconhecido na praça sejam feitas por meio de carta de crédito irrevogável.

Nomeação de agentes

É muito importante, para a designação de agente ou representante, uma cuidadosa seleção prévia. São recomendáveis visitas aos candidatos locais para se conhecerem melhor. Deve-se considerar que um agente ou

representante é parte integrante da empresa, tão importante quanto o gerente de vendas para o mercado interno. De fato, para os clientes bolivianos, que possivelmente jamais entrarão em contato direto com funcionários da empresa exportadora, o agente será considerado como o exportador. Para que o agente possa transmitir uma imagem correta da firma a seus clientes, precisa estar constantemente informado do que ocorre na empresa brasileira: alterações nos preços e prazos de entrega, inovações nas linhas de produção, etc.

Nesse sentido, o contato permanente entre exportador e agente constitui regra geral de conduta. Para a nomeação do agente ou representante local, os seguintes fatores devem ser considerados :

- a permanência da firma no mercado local,
- dependendo do produto, a capacidade do agente de prestar assistência técnica adequada e serviços pós-venda ;
- o fato de o agente não representar produtos similares ou de empresas concorrentes;
- a boa reputação bancária e comercial, tanto da firma boliviana quanto de seus executivos;
- as condições de trabalho do agente em termos de recursos humanos, materiais e financeiros, para implementar um plano de vendas eficiente e contínuo; e
- no caso de serviços de grandes empresas, o exportador deverá certificar-se de que seus assuntos serão cuidados por um número adequado de funcionários e que a venda de seus produtos não será prejudicada caso a firma trabalhe com outros exportadores.

Comissão

Entende-se por comissão o benefício pecuniário dado pelo fornecedor a seu agente, representante, distribuidor ou qualquer pessoa física ou jurídica, como retribuição pela venda ou colocação de uma mercadoria.

Na Bolívia, qualquer comissão em moeda estrangeira deverá ser convertida em moeda nacional, em geral em um prazo de 90 dias contados a partir de sua exigibilidade. Embora a liquidação possa ocorrer em prazo inferior ao acima indicado, presume-se que a data de pagamento da comissão não deva ultrapassar 180 dias contados a partir do embarque da mercadoria ou da partida do navio, conforme o caso.

VIII. RECOMEN- DAÇÕES

VIII. RECOMENDAÇÕES

Atualmente, os empresários bolivianos são mais exigentes na hora de selecionar os produtos ou serviços que irão importar ou contratar. Por sua vez, os consumidores que priorizam a qualidade e garantia na hora da compra preferem produtos de determinados países de origem ou de marcas específicas; a indústria brasileira é uma das favoritas.

8.1 Ambiente empresarial, cultura de negócios e hábitos comerciais

Ao fazer negócios na Bolívia, as seguintes diretrizes e costumes devem ser levados em consideração:

- É muito importante estabelecer bom relacionamento pessoal, fazer reuniões para conhecer a contraparte é fundamental. Encontros presenciais continuam sendo preferidos. Em caso de restrição de mobilidade entre países, as reuniões podem ser realizadas por meio de aplicativos como Zoom ou WhatsApp.
- Se é conhecido o título profissional da contraparte boliviana, recomenda-se chamá-lo por este, por exemplo: Licenciado Suarez, Ingeniera Medina, Doctor Rodríguez. Caso contrário, os títulos de Señor e Señora seguidos do sobrenome, são os indicados.

Se corresponde dar um tratamento protocolar, o correto é, por exemplo: Doña Andrea Fernández, Don Roberto Strauss. Quando houver confiança ou o seu interlocutor peça que o chame pelo nome, pode fazê-lo atendendo à forma formal (usted), por exemplo: “Buen día, Luís; Como está, Fernanda”.

- Espere que a contraparte comece a falar do tema de negócios. No início de um encontro, os empresários bolivianos preferem conhecer o interlocutor.
- Quando há interesse em fazer negócios, os empresários bolivianos costumam convidar seus futuros parceiros comerciais para almoçar

ou jantar; alguns, inclusive, querem levá-los para conhecer sua casa e família. Se isso acontecer, há grande probabilidade de alcançarem-se acordos.

- Os cartões de visita são trocados nos primeiros encontros pessoais no início das reuniões. Assegure-se de incluir o idioma espanhol e, desejavelmente, seu título acadêmico.
- No momento de agendar reuniões, programe sessenta minutos para cada uma delas. Considere, também, o tempo adicional para chegar à sua reunião; os tempos de viagem podem ser diferentes daqueles mostrados pelo Google Maps, devido ao congestionamento de tráfego em cada cidade.
- Pontualidade é um ponto fraco dos bolivianos.
- O aperto de mão na apresentação e na despedida é a forma mais comum de saudação. Cumprimentos com beijos devem ser evitados, a menos que se conheça o interlocutor.
- Devido à pandemia, foi adotada a prática de cumprimentar-se verbalmente, mantendo distância física. Para evitar parecer rude, espere a outra parte iniciar a saudação e tenha álcool gel à mão para usar antes e depois do término da reunião.
- Em documentos legais, como contratos, o nome completo é usado. Para fins de apresentação, apenas o sobrenome paterno é usado. Ao se apresentar, indique seu nome e cargo na empresa.
- A refeição de negócios mais comum é o almoço, que pode começar entre 12h30 e 13h e durar em média duas horas. Os jantares, menos comuns, começam por volta das 19h30 e 20h00, dependendo da cidade onde se encontra.
- É preciso mais de um encontro para fechar um negócio, planeje fazer mais de uma viagem para obter bons resultados. Nas reuniões, todos os participantes podem opinar e a empresa boliviana buscará um consenso interno na hora de tomar decisões, o que leva tempo, mas é importante para analisar a viabilidade da compra.

- O ritmo de negociação pode ser mais longo e lento do que em outros países, não espere vender no primeiro contato. Isso só acontece quando o importador boliviano está procurando algo com urgência ou precisa que seja de uma determinada marca brasileira.
- Conduta, etiqueta e vestuário são importantes quando se trata de reuniões e negociações. Em La Paz e Cochabamba, são mais conservadores. Em Santa Cruz, o traje é um pouco menos formal, devido ao calor e à umidade.
- O dólar continua sendo uma referência comercial amplamente utilizada e é a moeda empregada nas operações de importações e exportações.

8.2 Estratégias de negociação

Evite enviar uma proposta comercial junto com todo o seu catálogo de produtos ou lista de serviços por correio eletrônico e na primeira tentativa de contato. O recomendável é fazer uma breve apresentação da empresa e solicitar o agendamento de uma reunião virtual ou presencial para dar a conhecer a sua oferta ou mostrar os produtos procurados, quando os potenciais clientes procurem a empresa.

Para obter os nomes das pessoas chave da empresa com que deseja negociar, ligue diretamente para eles solicitando os contatos do gerente geral, do gerente de aquisições ou importações e do gerente de marketing.

É importante procurar saber o que realmente interessa aos seus potenciais clientes. Algumas das perguntas costumeiras são:

- Você já visitou outras empresas bolivianas, em quais cidades, o que acharam dos seus produtos?

- A sua produção é 100% indústria brasileira? Isso porque quando se trata de fazer negócios com empresas de outros países que não a China, preferem evitar insumos dessa origem.

Da mesma forma, vão querer conhecer as características, especificações, processos de produção, prazos de entrega, logística, grau de inovação, garantias, entre outros. Prepare-se para responder e leve amostras dos produtos para os potenciais clientes verem, tocarem e experimentarem pessoalmente. Caso as negociações sejam feitas virtualmente, assegure-se de enviar essas amostras antes da data da reunião marcada.

O preço é o elemento central de qualquer negociação. A rentabilidade atrativa que se obtém pelas vendas de produtos chineses fez da China a principal fornecedora de produtos importados da Bolívia. Também contribuiu sua capacidade de atender às necessidades dos clientes em termos de volumes de vendas (os empresários chineses estão dispostos a vender poucas unidades no início para depois enviar contêineres dessa mercadoria), a oferta de designs personalizados ou exclusivos e a fabricação com marca própria para determinados produtos.

Os empresários brasileiros devem destacar que seus produtos têm preços competitivos devido ao fator cambial, à isenção do pagamento de tarifas de importação (ACE-36) e aos menores custos de transporte pela proximidade entre os dois países, o que lhes permitirá entregar os pedidos rapidamente, em comparação a mercadorias de outros países que podem levar meses para chegar.

Deve-se levar em consideração a existência de empresários bolivianos que, para ter maior margem de lucro ou para contornar barreiras técnicas a produtos como roupas e calçados, arriscam-se a importar via contrabando de fronteira. Costumam ser clientes com grande capacidade de vendas em mercados de atacado (principalmente informais).

Os empresários bolivianos preferem marcas reconhecidas (nesse aspecto, a indústria brasileira tem a seu favor a imagem e a reputação de marca país consolidada no mercado boliviano), mas podem tentar representar

novas opções ou testar a resposta dos consumidores finais antes de importar em quantidades consideráveis. Tudo dependerá dos diferenciais dos produtos que lhes são oferecidos e das facilidades e suporte que poderiam receber.

Quando um produto é de interesse dos empresários bolivianos, eles sempre pedirão exclusividade para representá-lo, importá-lo, distribuí-lo e comercializá-lo. Se tiver vários candidatos, avalie aqueles a quem poderia oferecer essa oportunidade.

Não é aconselhável trocar de pessoa ou equipe de negociação com suas contrapartes bolivianas. Assim como as características dos produtos são importantes, a personalidade de quem entra em contato com os empresários bolivianos é fundamental.

Assim que tiver potenciais parceiros de negócios à vista, convide-os a visitar a empresa no Brasil, pois isso pode acelerar uma decisão favorável. Se não houver recursos para arcar com as despesas de viagem, ajude-os a encontrar boas opções de voo e hospedagem.

Se você não é fluente em espanhol, é melhor que suas reuniões tenham a participação de um tradutor local ou guia de negócios. Isso será muito útil para entender completamente o que está sendo dito e para fazer com que as contrapartes se sintam mais à vontade com o idioma. Em Santa Cruz, Beni e Pando, costumam dizer que não se importam em falar em “portuñol” ou que não se preocupem porque entendem o português, quando na verdade não o fazem muito bem, com exceção daqueles que o estudaram.

8.3 Viagens de negócios

Os melhores meses para fazer uma viagem de negócios à Bolívia são abril, maio, junho, setembro e outubro. Os meses de janeiro, fevereiro e dezembro devem ser evitados.

Recomenda-se que as viagens sejam planejadas com antecedência e que os horários das reuniões sejam solicitados com pelo menos duas semanas de antecedência. O horário e o local de encontro devem ser confirmados dois ou três dias antes.

Tente chegar com um ou dois dias de antecedência para se aclimatar, principalmente em La Paz e El Alto, em razão da elevada altitude.

Verifique os requisitos migratórios de entrada. Cidadãos brasileiros podem visitar a Bolívia com seu passaporte válido ou RG.

Para deslocar-se internamente, é melhor contratar serviços de transporte executivo ou utilizar “radiotáxis”, são mais seguros. Em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e La Paz, o serviço de UBER funciona bem, porém é mais caro.

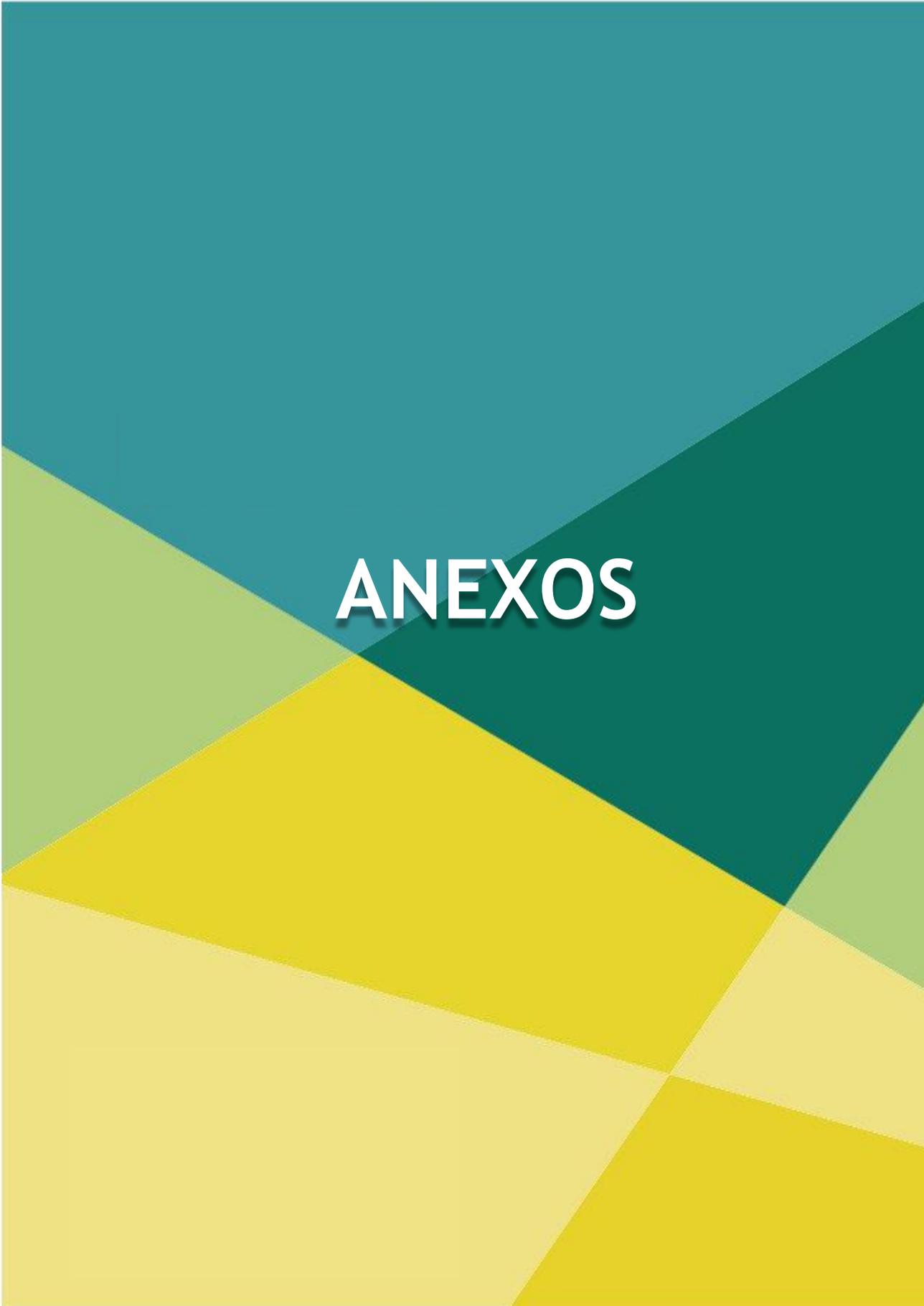
Evite contratar serviço de “rent a car”, se não estiver preparado para enfrentar o caos do trânsito nas cidades do eixo central boliviano.

Cartões de crédito e débito são aceitos na maioria dos shopping centers e restaurantes. Compras e pequenos pagamentos, como transporte, devem ser feitos em dinheiro.

Se não tiver serviço de roaming internacional, ative um chip de celular pré-pago local da Entel, Tigo ou Viva. O único requisito é dirigir-se a um dos centros de atendimento ao cliente das empresas referidas e apresentar seu documento de identidade.

Quanto à gastronomia, encontrará restaurantes de comida brasileira em La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, além de franquias internacionais e opções de comidas típicas de bom padrão.

A Bolívia é relativamente segura; recomenda-se adotar cuidados praticados internacionalmente.

The background consists of several overlapping triangles in various shades of teal, green, and yellow. The top-left triangle is a medium teal. The top-right triangle is a darker teal. The middle-left triangle is a light green. The middle-right triangle is a medium green. The bottom-left triangle is a bright yellow. The bottom-right triangle is a light yellow. The word "ANEXOS" is centered in the middle of the composition.

ANEXOS

ENDEREÇOS

ÓRGÃOS OFICIAIS DO BRASIL NA BOLÍVIA

Embaixada do Brasil

Av. Arce esq. Rosendo Gutierrez
Edifício Multicentro, Torre B, Planta baja
Casilla: 429, La Paz, Bolivia

E-mail: brasemb.lapaz@itamaraty.gov.br

Setor de Promoção Comercial

E-mail: secom.lapaz@itamaraty.gov.br

Tels: (591-2) 216 6400
(591-2) 244 1273
(591-2) 244 2886
(591-2) 244 3210

Consulado-Geral do Brasil em Santa Cruz de la Sierra

Av. Marcelo Terceros Banzer,,
Barrio Sirari, N° 334
Santa Cruz de la Sierra

Setor de Promoção Comercial

E-mail: cg.santacruz@itamaraty.gov.br

Tel. (591-3) 344 7575

Consulado-Geral do Brasil em Cochabamba

Av. Portales 568, Entre Calles Tomas Frias y Potosi
Cochabamba - Cercado

E-mail: cg.cochabamba@itamaraty.gov.br

Tel.: (591-4) 448 5033

Consulado do Brasil em Cobija

Rua Cívica Nº 47, bairro Mira Flores
Cobija - Pando

E-mail: cgcobija@itamaraty.gov.br

Tel.: (591-3) 842 2110

Consulado do Brasil em Puerto Quijarro

Calle Santa Cruz, s/n - Equipetrol, Arroyo Concepción
Puerto Quijarro - Santa Cruz

E-mail: cg.pquijarro@itamaraty.gov.br

Tel.: (591-3) 842 2110

Consulado do Brasil em Guayaramerín

Calle 24 de Septiembre, 28 esquina con Calle Beni
Guayaramerín - Beni

E-mail: cons.guayaramerin@itamaraty.gov.br

Tel.: +591 855-3766

**ÓRGÃOS LOCAIS DE INTERESSE PARA OS EMPRESÁRIOS
BRASILEIROS**

Câmara Nacional de Comércio Boliviano Brasileira - CNCBB

www.camaraboliviabrasil.com

Calle 15 de Calacoto, Edif. Torre Ketal, Piso 4 Of. 2

E-mail: info@camaraboliviabrasil.com

**Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria -
SENASAG**

www.senasag.gob.bo

Escritório central em Beni:

Av. Jose Natush entre Felix Sattori y Maria Luisa Viera

E-mail: info@senasag.gob.bo

Tel.: (591-3) 462 8109

Instituto Nacional de Estadística - INE

www.ine.gob.bo

Escritório central em La Paz:

Avenida José Carrasco nº 1391 (Miraflores)

E-mail: info@ine.gob.bo

Tel.: (591-2) 222 2333

Instituto Boliviano de Comercio Exterior - IBCE

www.ibce.org.bo

Escritório central em Santa Cruz

Av. La Salle Canal Isuto Nº 3-G

E-mail: ibce@ibce.org.bo

Tel.: (591-3) 336 2230

Aduana Nacional de Bolivia

www.aduana.gob.bo

Escritório central em La Paz:

Av.20 de Octubre Nº2038 entre C. Juan José Pérez y Aspiazu

Tel.: (591-2) 212 8008

Cámara Nacional de Despachantes de Aduana

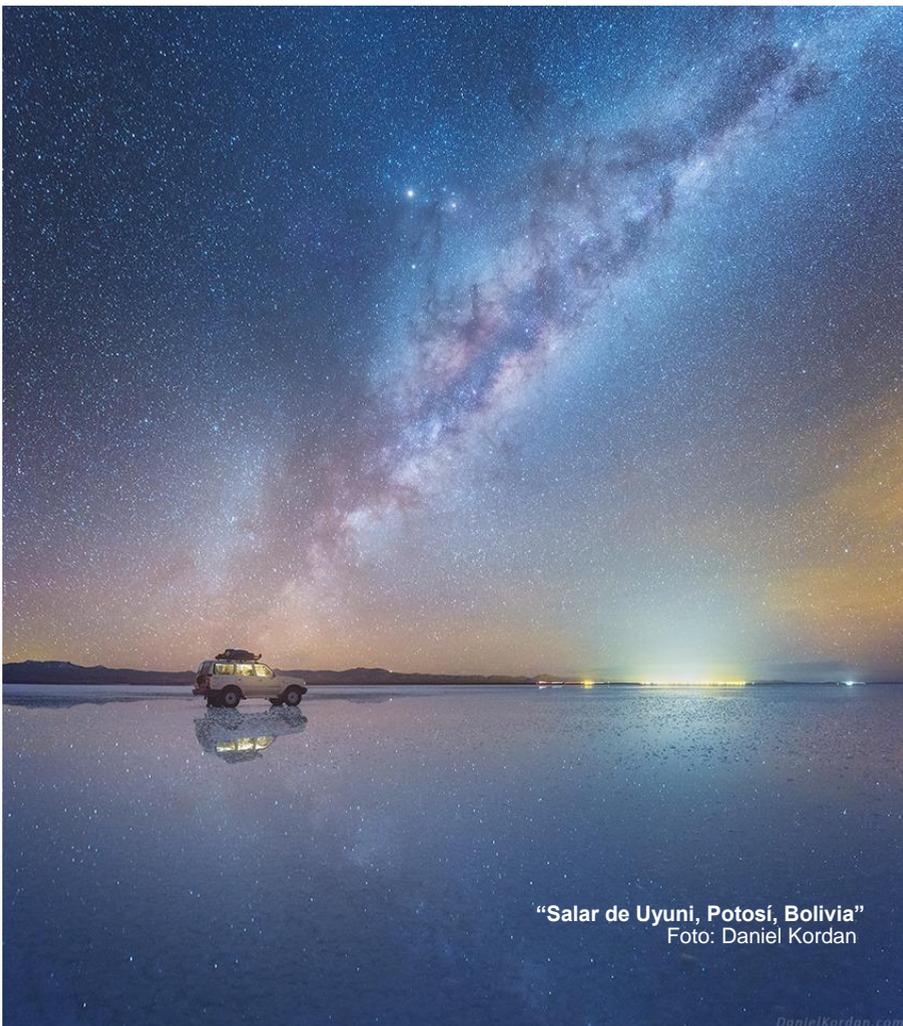
www.cnda.org.bo

Escritório central em La Paz:

Calle Campos Nº 265 entre Avenida 6 de Agosto y, Av. Arce 591

E-mail: info@cnda.org.bo

Tel.: (591-2) 243 5366



“Salar de Uyuni, Potosí, Bolivia”
Foto: Daniel Kordan